**TERMO DE REFERÊNCIA**

# RESUMO DO OBJETO

Contratação Integrada de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Execução de Obras Civis, contemplando: Requalificação e Construção dos Prédios de Apoio Operacional e Portarias; Infraestrutura e Intervenção Viária (Inclusive Drenagem pluvial); Fornecimento e Instalação de equipamentos de controle de Acesso e Energia Solar, Esgotamento Sanitário da Poligonal; Comissionamento e Testes operacionais para implantação do Novo Fluxo Viário; Porto do Itaqui em São Luís – MA.

# DETALHAMENTO DO OBJETO

O Detalhamento deste Termo de Referência compreende os serviços descritos abaixo: Fase 1 – Projeto Básico e Executivo; Fase 2 – Preparação; Fase 3 – Execução da obra; e Fase 4 – Testes e Operação.

Considerando o detalhamento do objeto desta contratação dispostos no Anteprojeto anexo, destaca-se as seguintes condições:

* 1. Inovações e Melhorias

A Contratada poderá inovar na fabricação/Instalação dos equipamentos nos quesitos, desde que aprovada pela FISCALIZAÇÃO:

* Melhoria no processo de Tratamento de Esgoto (Quantidades de elevatórias; Sistema de lançamento de efluentes, comando, controle e proteção elétricos dos equipamentos, etc.)
* Melhoria nos equipamentos de pesagem dos veículos de cargas;
* Melhoria no sistema de captação de Energia Solar e Agua da Chuva;
* Melhoria nos equipamentos transporte vertical de pessoas;
* Melhoria nos sistemas de controle de acesso de veículos e pessoas;
* Melhoria no tipo de material dos componentes de fachadas.
* Catraca removível na Portaria de Acesso Sul.

As melhorias propostas devem ser apresentadas por meio de Nota Técnica com desenhos, memoriais descritivos, de cada uma das alterações. As alterações propostas somente serão implementadas após a aprovação da Fiscalização da EMAP

* 1. Restrições do Projeto

A Contratada deve, impreterivelmente, obedecer às seguintes restrições de projeto:

* Quantidades de equipamentos pesagem de veículos de carga;
* Fornecer equipamentos compatíveis com os softwares existentes pela EMAP.
* Redução de área construída para os prédios e portarias;
* Altura dos gates nas portarias.;
* Automatização dos tickets de pesagem;
* Atendimento dos prédios pelo sistema de esgotamento sanitário;
* Componente de Fachada dos prédios.
* Paralisação das Operações Portuárias.

**DESENVOLVIMENTO DOS PROJETO BÁSICO EXECUTIVOS COM UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES COMPATÍVEIS COM A PLATFORMA BIM.**

Características Gerais do Projeto:

Trata-se de empreendimento para alterar a logística de entrada e saída do Porto do Itaqui, adequando a Av. Itapecuru apenas para fluxo de entrada e a Av. Mearim apenas para fluxo de saída, formando assim um binário viário. Para adequação será necessária construção de novos canteiros, nova drenagem, relocação do posteamento para adequação de utilidades, novos passeios para pedestres e pontos de ônibus. Com essa alteração viária será possível fazer uma melhor segregação para o acesso de caminhões, veículos pequenos e pedestres, além de implantar o sistema de esgotamento sanitário em toda poligonal.

A requalificação dos prédios de apoio operacional que laboram os colaboradores da Empresa Maranhense de Administração Portuária, suas contratadas (terceirizados) e órgãos aduaneiros (Anvisa, Vigiagro, Policia Federal e Receita Federal) será, da mesma forma, necessária para atender a nova logística proposta pelo Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui.

O Anteprojeto de Engenharia com todos os desenhos para entendimento da proposta fazem parte dos ANEXOS deste Termo de Referência, com a seguinte divisão:

* Intervenção Viária para o Novo Fluxo do Porto do Itaqui
* Portaria Avançada de Entrada
* Portaria Avançada de Saída
* Portaria de Acesso Norte
* Portaria de Acesso Sul e Anvisa
* Prédio da Vigiagro
* Prédio da Receita Federal, Policial Federal e Guarita
* Construção do Prédio integrado para Operações e oficina
* Mapeamento Prévio da Drenagem pluvial;
* Plantas do Sistema de Esgotamento Sanitário

É parte integrante deste escopo o projeto do Canteiro de Obras, projetos de arquitetura, projeto estrutural e os todos os projetos complementares: elétrico (com luminotécnico), ventilação e ar condicionado, automação, CFTV, Sistema de proteção contra Descarga Atmosférica SPDA, sistema de balanças rodoviárias, aterramento, hidráulico, sanitário e sua interligação ao sistema de esgotamento sanitário, geométrico, drenagem com caixa separadora de água e óleo e contenção de sólidos, pavimentação, sinalização vertical e horizontal (inclusive caminho seguro, rota de fuga) e sistema de combate a incêndio inclusive casa de bombas; projetos isométricos, linhas de vida e ponto de ancoragem nos prédios, contenção de taludes, e demais disciplinas constantes no Anteprojeto de Engenharia.

É também parte integrante deste escopo o fornecimento de sistema integrador (software) conforme descrito no Anteprojeto de Engenharia. Não será aceito software sem código fonte livre para o CONTRATANTE.

**DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**

Para garantir a qualidade no desenvolvimento dos serviços descrito acima, a CONTRATADA deverá seguir os passos abaixo:

1. Realizar os levantamentos de campo que julgar necessário para elaboração dos projetos, tais como: mensurações, inventários ou qualquer outro tipo de levantamentos necessários à elaboração dos estudos/projetos.
2. Consultar o Arquivo Técnico da EMAP:

* Sobre projetos/estudos que possam auxiliar na elaboração dos serviços;
* Sobre contratações semelhantes já realizadas, com objetivo de se alimentar com relação a possíveis falhas e quando houver quantificá-las.

1. Participar da reunião de Entendimento de Escopo/Intermediária de modo a qualificar as premissas de projeto;
2. Elaborar um plano Gerenciamento de Risco do Projeto e da execução da obra contendo: Identificação dos Riscos numa visão macro; Análise qualitativa: priorizando os riscos identificados; Análise Quantitativa: analisando numericamente o efeito dos riscos e planejar as respostas aos riscos, melhorar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos do projeto;
3. Elaborar o Projeto e apresentar propostas metodológicas para construção e desenhos técnicos necessários, incluindo maquete eletrônica das propostas a nível de projeto básico e maquete eletrônica do projeto executivo;
4. Submeter a aprovação do Projeto Básico à EMAP (Fiscalização e usuários fim) em reuniões intermediárias e realizar melhorias solicitadas, quando pertinente;
5. Elaborar Lista de Desenhos, com descrição dos mesmos, tanto no Projeto Básico, quanto no Projeto Executivo. Este item é obrigatório para o avanço de Fase.
6. Submeter a aprovação da Fiscalização e demais setores da EMAP (em reuniões intermediárias) as propostas do Projeto Básico e realizar melhorias solicitadas pela fiscalização e demais clientes;
7. O Projeto Executivo deve detalhar, no mínimo, os seguintes documentos:
8. do Canteiro de Obras, projetos de arquitetura, projeto estrutural e os todos os projetos complementares: elétrico (com luminotécnico), ventilação e ar condicionado, automação, CFTV, Sistema de proteção contra Descarga Atmosférica SPDA, sistema de balanças rodoviárias, aterramento, hidráulico, sanitário e sua interligação ao sistema de esgotamento sanitário, geométrico, drenagem com caixa separadora de água e óleo e contenção de sólidos, pavimentação, sinalização vertical e horizontal (inclusive caminho seguro, rota de fuga) e sistema de combate a incêndio inclusive casa de bombas; projetos isométricos, linhas de vida e ponto de ancoragem nos prédios, contenção de taludes, especificação de equipamentos e demais disciplinas constantes no Anteprojeto de Engenharia.
9. O Projeto Executivo deve apresentar toda a documentação necessária para a construção:

* Memorial de Cálculo;
* Caderno de Encargos detalhando a metodologia, plano de ataque da obra e especificação de materiais e equipamentos a serem utilizados;
* Histograma de Equipamentos e de pessoal a ser utilizado na Obra;
* Memorial Descritivo da Obra;
* Folhas de Especificações dos Equipamentos;
* Análise de Risco do Projeto/Obra
* Cronograma físico de Planejamento da Obra em MS-Project;
* Curva S da Obra;
* Cronograma físico-financeiro em Excel (desembolso);
* LDD para cada fase - Lista de desenhos e Documentos

1. Entrega de Data Book conforme a seguir: Relatórios Fotográfico do levantamento de campo; topografias e sondagens de confirmação; Pranchas e documentação técnica do Projeto Básico georeferenciados no SIRGAS 2000; Pranchas e documentação técnica do Projeto Executivo georeferenciados no SIRGAS 2000, Documentação Técnica referente aos Laudos; Os certificados e outros documentos de origem externa deverão ser entregues na forma em que foram recebidos e em caso de estarem em outro idioma os mesmos deverão ser traduzidos para o idioma Português do Brasil; entregar cópias das ARTs e RRTs produzidas. Os relatórios acima mencionados deverão ser estruturados de forma didática e em língua Portuguesa, indicando claramente todos os pontos verificados e resultados alcançados informando, principalmente, as correções efetuadas. Os documentos deverão ser acondicionados em pastas tipo “AZ” de 2 pinos com capa em PVC na cor branca, com indicações de conteúdo na capa e no dorso, em padrão definido previamente. Cada pasta deverá conter uma folha de rosto com índice. Deverá ser elaborado um índice geral e anexado na primeira pasta do DATA BOOK”. Toda documentação composta no “Data Book” em meio físico, após aprovação e assinatura das partes, deve ser digitalizada no formato PDF pesquisável, a fim de transformar em meio Digital (gravação em CD ou DVD). A CONTRATADA deverá entregar toda documentação técnica em dwg e ifc ao fiscal do contrato, através do protocolo da EMAP.

* Todos os documentos/desenhos finais a serem emitidos pela CONTRATADA, deverão, após devidamente aprovados pela EMAP, serem enviados em:
* Papel - 01 cópia (ou formato menor caso esteja especificado) – devendo apresentar assinatura do profissional responsável pelo Projeto, com seu respectivo CREA e em conformidade com a Decisão Normativa 032 de 14/12/88, do CONFEA;
* Arquivo magnético (AutoCad-2010, Revit-2010, .ifc; office) – em CD com capacidade compatível com o tamanho do(s) arquivo(s);
* Arquivo de plotagem (PLT) – em CD com capacidade compatível com o tamanho do(s) arquivo(s) considerados, tratando-se especificamente do caso de desenhos.

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Projetos e seus projetistas para participarem das análises críticas/verificações e reuniões intermediárias realizadas junto a um técnico próprio EMAP;
2. A CONTRATADA deve atender fielmente as solicitações registradas em RAP – Relatório de Análise de Projeto sem ônus para a EMAP, desde que não figure mudança de escopo ou em caso de não atendimento que o mesmo seja tecnicamente justificável;
3. Apresentar o projeto em reuniões intermediárias de desenvolvimento, validação ou qualquer outra que se fizer necessária, junto à fiscalização e ao cliente;
4. Fornecer ART ou RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou Registro de Responsabilidade Técnica) abrangendo a elaboração de todos os estudos, documentos e projetos desenvolvidos (por especialidade);
5. Fornecer documento comprobatório de doação de autoria para cada fase de estudo/projeto para a EMAP (Projeto Básico, Projeto Executivo.)
6. Realizar as alterações, se necessário à execução da Obra, solicitadas pelos respectivos órgãos competentes e/ou técnicos EMAP, mesmo após a entrega do Projeto.
7. Entregar os estudos e projetos a EMAP, mediante documento comprobatório de recebimento;
8. Dar suporte, à EMAP, ao processo de licenciamento ambiental e autorização junto ao Corpo de Bombeiros.

|  |  |
| --- | --- |
| **FASES** | **ITENS** |
| FASE 1 – PROJETOS | * **Projeto Básico.** * **Projeto Executivo.** * **Licença de instalação junto a SEMA.** * **Aprovação junto CBMA** |
| FASE 2 – PREPARAÇÃO | * Mobilização/suprimentos; * Canteiros de Obras; * Instalações Provisórias para Colaboradores; |
| FASE 3 – EXECUÇÃO DAS OBRAS | * **Construção dos Prédios, Portarias e Intervenção Viária; drenagem; esgotamento sanitário, instalação de Equipamentos.**  1. Fundações; 2. Superestruturas (pré-moldado, concreto moldado in loco, metálicas). 3. Acessórios (aquisição e instalação de sistema balanças, cancelas, OCR, RFID, scanners etc); 4. Arquitetura predial (alvenarias, divisórias, revestimentos e acabamentos); 5. Instalações elétricas; 6. Instalações hidrossanitárias e ETE; 7. Infraestrutura de rede lógica e comunicação; 8. Prevenção e combate a incêndio; 9. Sistema Integrador; 10. Projeto *as built*. |
| FASE 4 – TESTES E OPERAÇÃO. | * **Testes preliminares e entrega operacional/Desmobilização:**  1. Testes de carga dos equipamentos de pesagem (balanças); 2. Testes dos equipamentos de controle de pedestres; 3. Testes dos equipamentos de controle de veículos; 4. Testes dos equipamentos de energia solar; 5. Testes do Softwares e Sistema Integrador. |

Tabela 1: Fases de Execução.

# JUSTIFICATIVA

Alinhado com a visão de “ser, até 2022, a empresa referência em gestão portuária no Brasil”, a EMAP firmou contrato nº 095/2019-EMAP com a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) cujo objeto é “elaboração do plano de capacidade, propostas de melhorias operacionais do Porto do Itaqui e terminais externos”. O referido estudo da capacidade do Porto do Itaqui “desenvolveu soluções e documentos que permitirão à EMAP acompanhar, aprofundar e melhorar as técnicas de gestão das atividades operacionais portuárias. Também permitirá a troca de conhecimento técnico sobre gestão portuária e operações, ampliando assim a qualidade dos serviços prestados por seus colaboradores.”

Para execução do referido contrato, a FEESC desenvolveu estudo onde compreendendo cinco fases principais que contam, respectivamente, com produtos específicos, conforme o Plano de Trabalho do projeto. As fases estão descritas a seguir:

* Fase 1 – Ferramenta para avaliação da capacidade operacional do porto e terminais de externos.
* Fase 2 – Avaliação de novas tecnologias, melhores modelos operacionais e sugestões de alterações na exploração portuária e dos terminais externos, proposta de layouts mais eficientes para viabilizar o crescimento das operações.
* Fase 3 – Ferramentas de visualização do desempenho operacional do Porto do Itaqui com a finalidade de embasar os processos de tomada de decisão, garantir melhor produtividade às operações do porto e dos terminais externos.
* Fase 4 – Treinamento para a equipe do Porto do Itaqui que dará suporte ao desenvolvimento dos produtos e ferramentas de simulação.
* Fase 5 – Relatório final escrito e Work Design em 3D dos modelos de trabalho de maior produtividade de cada processo identificados pelo estudo, que sejam considerados viáveis para o porto pela equipe de desenvolvimento (EMAP e FEESC).

O projeto desenvolveu estudos das previsões e determinação de ações que melhor se adequem aos cenários mais prováveis até 2040. Com as seguintes entregas:

* Avaliação da Capacidade Portuária: capacidade de cais; capacidade do acesso aquaviário; capacidade de armazenagem
* Análises Operacionais: análise de pranchas e *benchmarking*; análise da documentação dos navios;
* Capacidade dos Acessos Terrestres: acessos ferroviários; acessos rodoviários; portarias, balanças e fluxos internos
* Projetos Desenvolvidos: novas portarias (PAS, PAN e vias internas); terminais externos; CCO e edificação dos anuentes
* *Dashboards* e Dados Estatísticos: planilhas eletrônicas de simulação; arquivos editáveis do software de simulação computacional; *dashboards* do PowerBI

Com a entrega do estudo, a FEESC propôs que a PAN recebesse apenas veículos de cargas com a instalação das balanças de pesagem de veículos na entrada e na saída, e instalação de dispositivos de controle de veículos e containers, inclusive controle ferroviária, transformando a PAN em um moderno ponto de controle veículos e carga. Já a PAS atenderá apenas a veículos de pequeno porte e pedestre. A proposta prevê ainda a entrada e a saída da área portuária ocorrendo apenas pela Av. Itapecuru e Av. Mearim, respectivamente, porém em caso de emergências este fluxo pode ser invertido.

A entrega do objeto do contrato nº 095/2019 pela FEESC propôs ainda a requalificação do Prédio de Operações. Porém, a GEPRO necessitou rever a proposta do Prédio de Operações e o funcionamento da PAS e, devido a necessidade de disposição de locais para todos os postos de trabalho e dos órgãos anuentes (Polícia Federal, Receita Federal e Anvisa), foi necessário a adequação do prédio que comportava a Diretoria de Operações ao complexo da PAS. Foi necessário também a reformulação do Prédio da Oficina, onde este foi ampliado para receber a GEMAN o qual foi interligado ao Prédio de Operações.

Quanto ao Prédio da PAN, foi necessária a adequação do projeto posposta pela FEESC para atendimento às necessidades da Guarda Portuária, e órgãos anuentes já citados.

Para a implantação da proposta ofertada pela FEESC, será necessária a adequação de vias, canteiros, sinalização; aumento de faixas na Av. Mearim e construção de Portaria Avançada de Saída e requalificação da Portaria Avançada de Entrada para um efetivo controle de todos os veículos que circulam na Área Portuária.

Considerando que a EMAP possui projeto de instalação de sistema de Esgotamento Sanitário para toda a Área Portuária, é evidente que a implementação de todo o projeto do Novo Fluxo e da rede de coleta de esgoto devem ocorrer de forma integrada para evitar desperdícios de recursos desta Empresa Pública com obras que possuem diversas interferências, fazendo com que seja necessário um planejamento detalhados das diversas fases dos serviços para gerarem o mínimo de retrabalho.

A principal característica do Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui é a capacidade de adaptação rápida e automática a perturbações de origem interna e externa, por meio da sincronização e articulação das atividades realizadas pelos vários agentes envolvidos, propiciando, dessa forma, um desempenho mais eficiente do sistema.

Um componente essencial para viabilizar uma abordagem mais inteligente são as tecnologias de informação e comunicação. Uma oportunidade para melhorias substanciais nas cadeias logísticas decorre da rápida evolução das tecnologias de telecomunicação, posicionamento espacial, tratamento da informação, otimização e computação. De fato, para compatibilizar o transporte de crescentes volumes decorrentes do crescimento econômico à capacidade da infraestrutura no Porto do Itaqui, assegurando assim a competitividade do setor produtivo regional e nacional, é necessário aplicar e desenvolver conceitos e técnicas. A importância do desenvolvimento e da utilização de conceitos e técnicas modernos para a troca de informação e tomada de decisão se justifica pelos impactos no uso mais eficiente dos ativos disponíveis e na redução de custos, do *lead-time* e das vulnerabilidades das cadeias logísticas portuárias.

Assim, a proposta é a operacionalização por meio de pontos de controle situados nos locais de origem, nos pátios, nas vias de acesso ao porto e na entrada e saída dos terminais portuários, promovendo a sincronização dos processos operacionais com o consequente aprimoramento da eficiência das operações portuárias. Além disso, mediante um controle ativo dos processos envolvidos, assegurará um fluxo contínuo na movimentação de carga com decorrente redução de custos operacionais e ineficiências. Os principais benefícios do empreendimento são:

* Ampliar a portaria de acesso de caminhões a fim de evitar formação de filas;
* Ampliar a quantidade de balanças para minimizar filas;
* Novas posições de balanças e portarias para otimização do fluxo logístico;
* Novas posições de localização de scanner para otimização dos fluxos de contêineres;
* Ampliar entradas de pedestres e quantidade de equipamentos na Portaria de Acesso Sul;
* Otimização de acessos terrestres ao Porto, rótulas e vias de entrada e saída formando um binário viário;
* Adequar curvas e vias as normas de segurança para evitar acidentes;
* Requalificar os prédios de apoio operacional dos colaboradores da EMAP e suas terceirizadas para atendimento ao novo fluxo proposto.
* Requalificar os prédios dos órgãos aduaneiros e de controle como Receita Federal, Policia Federal, Anvisa e Vigiagro para compatibilização com o Novo Fluxo Viário.

Neste sentido, solicita-se a Contratação Integrada de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Execução de Obras Civis, contemplando: Requalificação e Construção dos Prédios de Apoio Operacional e Portarias; Infraestrutura e Intervenção Viária (Inclusive Drenagem pluvial); Fornecimento e Instalação de equipamentos de controle de Acesso e Energia Solar, Esgotamento Sanitário da Poligonal; Comissionamento e Testes operacionais para implantação do Novo Fluxo Viário; Porto do Itaqui em São Luís – MA.

# SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade é uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Neste sentido, este Termo de Referência ressalta a sustentabilidade deste projeto nos seguintes itens:

**Geração de efluentes:**

Não haverá geração excessiva de efluentes, somente aqueles provenientes da atividade humana em processo laboral. Para tanto, serão disponibilizados banheiros químicos e containers sanitários na frente de serviço e na instalação dos canteiros, as quais terão os efluentes recolhidos periodicamente com destinação adequada.

**Destinação de resíduos oriundo de demolições e retiradas/entulhos:**

Os resíduos gerados proveniente dos serviços a serem executados podem ser classificados da seguinte forma:

* Classe IIA – gesso
* Classe IIB – alvenarias, pisos, concreto, vidro, ferro e aço.

Os resíduos gerados terão destinação adequada atendendo à legislação vigente. Estas ações estão alinhadas aos princípios da Política do Sistema de Gestão Ambiental da EMAP principalmente no que diz respeito à prevenção à poluição e práticas socioambientais positivas.

**Impactos sociais:**

Não haverá impacto negativo para vizinhança (socioambiental), uma vez que o projeto em questão será realizado totalmente dentro da área de administração da EMAP, além de já haver previsto, no projeto, a destinação sustentável dos resíduos gerados. Por outro lado, é previsto um impacto socialmente positivo: a geração de novos empregos.

**Impactos para a imagem da EMAP:**

A EMAP, com a execução desse serviço estará atuando para garantir a expansão do Porto do Itaqui, projetando o aumento da movimentação de cargas e de pessoas. Dessa forma, o projeto contribuirá para a afirmação da imagem da EMAP com sua política de gestão empreendedora e sustentável focada no potencial humano e na valorização das práticas de desenvolvimento econômico, ambiental e social.

# MATRIZ DE RISCO

O inciso X, do Art. 42, da Lei 13.303/2016, conceitua Matriz de Riscos como:

Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;

b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no termo de referência da licitação;

c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no termo de referência da licitação.

Desta forma a Matriz de Risco elaborada, conforme ANEXO, no qual não foram imputados à Contratada nenhum evento de risco que gerasse taxa adicional a esta contratação. No entanto, observa-se que diversos Riscos podem ocasionar “atrasos no investimento da EMAP” e para os casos em que tenham sido imputadas sobre responsabilidade da CONTRATADA são cabíveis de Sanções Administrativas conforme item 13 deste termo de Referência.

No § 8º do Art. 81 da lei 13.303/2016, informa que “é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da Contratada” e cuja coluna de “Item Superveniente impactantes no equilíbrio econômico-financeiro” esteja classificada como “Não”.

# DA CONTRATAÇÃO E DO CONTRATO

A contratação será de acordo com o art. 42 da Lei 13.303/2016, sob regime de contratação integrada e critério de julgamento será Menor Preço com modo de disputa fechado, conforme disposto no § 2º, art. 52 da Lei 13.303/2016. Seguindo a legislação específica, o orçamento será sigiloso.

* Fundamento legal: INCISO VI DO ARTIGO 42° DA LEI Nº 13.303/2016;
* Forma de realização da licitação: ELETRÔNICA;
* Modo de disputa: FECHADO;
* Regime de contratação: CONTRATAÇÃO INTEGRADA;
* Critério de julgamento: MENOR PREÇO.

A contratação será do regime tipo integrada uma vez que que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, portanto um serviço não comum.

Com este tipo de contratação, a Contratada tem a liberdade para implementar melhorias e inovações nos seguintes aspectos:

* **Na CONSTRUÇÃO**: No projeto estrutural: fundações, pilares e vigas, com redução do volume de concreto, aço entre outros insumos sem, contudo apresentar redução na resistência e esforços provenientes de suas cargas;
* **Na Tecnologia**: para o controle de acesso de veículos e pessoas; energia solar; e automação do sistema de esgotamento sanitário, de forma a melhorar a produtividade, sem deixar de atender a nenhum dos itens solicitados no Anteprojeto

O processo licitatório não é destinado exclusivamente à Micro Empresas – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, pois os valores são expressivos e incompatíveis com os referidos tipos de Pessoa Jurídica, conforme especificações da Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, inciso I.

Não haverá reserva de cota exclusiva para Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, pois o objeto não se trata de aquisição de bens de natureza divisível.

Informa-se que poderá haver subcontratação conforme item 25 deste Termo de Referência.

**JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA (DIFERENTES METODOLOGIAS)**

O inciso VI do artigo 42° da lei Nº 13.303/2016, estabelece que, “contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo”.

A execução de um novo fluxo viário para uma área que exige controle de acessos de veículos e pessoas, pois trabalha com cargas de alto valor agregado, como um Porto, é uma tarefa que envolve várias ciências técnicas, portanto trata-se de um conhecimento multidisciplinar. A engenharia de tráfego é responsável por garantir as dimensões corretas para manobras seguras e aplicar os mais eficientes métodos para circulação, embarque e desembarque de pessoas e veículos. As áreas de engenharia e arquitetura são responsáveis pela execução e dimensionamento correto das estruturas e obras aplicando-se normas, técnicas e exigências legais ligadas a construção civil, seja pública ou privada.

Também é necessário considerar ainda a integração do que será construído com processos tecnológicos ligados ao controle de acesso de pessoas e veículos, de forma que se consiga a maior quantidade de informação possível sobre as cargas que entram e saem do Porto. Assim, é necessário a integração de todos os processos por meio de *softwares e hardwares* que precisam ser programados e dimensionados pela área da Tecnologia da Informação.

Dessa forma, uma gama extensa de variáveis podem ser consideradas pelas várias ciências envolvidas no projeto sobre uma abordagem multidisciplinar que tem o objetivo de gerar eficiência máxima ao serviço ora contratado. Como algumas dessas variáveis podemos citar os tipos de pavimentos a se utilizar, rígido ou flexível, os ângulos de manobras considerando os caminhões-tipo, as soluções para intersecções entre veículos e pedestres nas vias são características que podem gerar inúmeros cenários para se garantir uma maior vida útil ao fluxo viário e maior segurança de tráfego.

Com relação as obras pode-se ter diversas metodologias construtivas, que podem otimizar o tempo da obra e/ou o custo e/ou a qualidade, dentre essas metodologias pode-se citar o uso de concreto armado ou protendido e até mesmo vigas, pilares e treliças metálicas quando fala-se em estruturas. Por fim, a utilização de equipamentos para execução de acabamentos em auxilio a mão de obra pode gerar avanços expressivos no cronograma. Na construção civil há uma variedade enorme de metodologias de execução que podem ser utilizadas.

Quando fala-se de sistemas de tecnologia, com a utilização de integração entre softwares e hardwares a inovação é praticamente ilimitada, devido a mudança contínua para melhoria dos sistemas. Nesse sentido, pode haver inovação nos sistemas de reconhecimento de identificação de usuários e ainda nos sistemas de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), Identificação por Rádio Frequência (RFID) e demais elementos de Tecnologia da Informação relacionados ao serviço a ser contratado.

Neste sentido e mediante o explanado até o momento, o êxito para se ter um novo fluxo viário integrado pode ser obtido desde a utilização de técnicas avançadas de engenharia de tráfego até construções eficientes, passando pelo uso de engenharia de *softwares* para otimização dos processos. Assim, caberá a licitante, mediante ao exame das condições locais e necessidade do cliente, encontrar a melhor solução compatível com os requisitos da função, da técnica e da economia.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

Fundamenta-se tecnicamente a opção pela modalidade de licitação de contratação integrada necessária a garantia de entrega do novo fluxo de forma totalmente operacional, executado através das melhores técnicas atuais existentes, com o menor custo, fundamentado em estudos para a seleção/utilização dos equipamentos com melhor desempenho funcional, dotado da tecnologia mais atual que atenda a necessidade da CONTRATANTE.

O projeto de construção do Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui (Vias, Prédios e Portarias) consiste no desenvolvimento de projeto básico e executivo, composto por:

1. Fundações; Infra, Meso e Superestrutura, Instalações Elétricas; Hidráulicas/Abastecimento de água Potável; Instalações Sanitárias, inclusive ETE; Sistema de Combate a Incêndio com Hidrantes; Ventilação e ar condicionado; Sistema eletrônicos para portarias; Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica; Drenagem pluvial; Infraestrutura de rede de logica e comunicação; Pontos de ancoragem e linha de vida; Geométrico das vias; Instalação de Equipamentos necessários a operacionalização (balanças e demais); Apresentação de planejamento detalhado da Obra e aprovando junto a EMAP as metodologias escolhidas.
2. Execução da Obra, conforme metodologia aprovada junto a EMAP.
3. Sistema Integrador.
4. Operacionalização do Novo Fluxo Viário.

Portanto, é vital para viabilizar o projeto de Construção do Novo Fluxo Viário (vias, prédios e portarias) que uma única empresa ou consórcio forneça todas as soluções necessárias à completa implantação do Projeto. Objetiva-se, dentro dos critérios que regem a Administração Pública, de economicidade e responsabilidade, ganho na celeridade do processo, redução de divergências entre as atividades de elaboração de projetos e execução de obras, diminuição de conflitos e falhas de comunicação entre as soluções tecnológicas adotadas, bem como a correlacionada minimização de incompatibilidade entre as diversas áreas citadas.

Resta evidente que qualquer problema na incompatibilidade dos projetos, execução e seleção de equipamentos, acarretarão em perdas de eficiência e de competitividade do Porto do Itaqui. Dessa forma, fica evidente a necessária unicidade de responsabilidades para o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução das obras e serviços de engenharia, bem como o início da operacionalização do novo fluxo.

Ao adotar a Contratação Integrada, transfere-se o risco de eventuais divergências e incompatibilidades oriundas de soluções desenvolvidas separadamente por diversos contratados para uma mesma empresa ou consórcio, que será o único responsável por todo o empreendimento perante a CONTRATANTE. Assim, minimizam-se os riscos de revisões técnicas que poderiam comprometer o cronograma de execução física do projeto de Construção do Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui (vias, prédios e portarias).

**JUSTIFICATIVA ECONÔMICA**

As justificativas econômicas decorrem da comparação qualitativa entre duas hipóteses previstas na Lei nº 13.303/2016 em termos de regime: contração integrada ou contratação por regime distinto (empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; contratação por tarefa; ou empreitada integral).

Os riscos associados ao particionamento ou fatiamento deste certame, pesaram na decisão da CONTRATANTE em optar pela CONTRATAÇÃO INTEGRADA. Citam-se os riscos técnicos com efeitos econômicos danosos: incompatibilidade ou insuficiência dos projetos básico e executivo em relação às respectivas obras ou serviços de engenharia; descumprimento dos prazos definidos em cronogramas físicos relativos às partes individuais que comporiam todo o objeto; não atingimento do prazo final para a entrega de todo o empreendimento; incompatibilidade técnica entre soluções entregues por diferentes contratos; deficiência ou insuficiência de qualquer uma das partes executadas, comprometendo o perfeito funcionamento do conjunto de obras e serviços contratados; dificuldade de realização das atividades de operação inicial, entre outros.

Além disso, por meio da Contratação Integrada, ficam reduzidos os custos administrativos de fiscalização documental, bem como das diversas áreas envolvidas nos processos licitatórios e de contratação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Critério de comparação | Regime de Contratação Integrada (artigo 42°, inc. VI, Lei nº 13.303/2016) | Outros regimes de contratação (artigo 42°, inc. I a V, Lei nº 13.303/2016) |
| Objeto de Contratação. | Único:  - Inovação tecnológica.  - Projetos básico e executivo.  - Obras.  - Serviços. | Fracionado:  - Projetos em separado.  Especificação de Equipamentos  - Obras de engenharia.  Editais distintos. |
| Projeto Básico. | Não exigido, apenas Anteprojeto.  Complexidade do objeto.  Atividade específica. | Exigido, de acordo com o fracionamento.  Licitação distinta, com os respectivos custos associados.  Licitação de projetos e licitação de obras e serviços. |
| Obras e Serviços de Engenharia. | De acordo com Anteprojeto e posterior projeto básico e executivo. | De acordo com o fracionamento:  - Obra de engenharia civil.  - Testes.  - Operação Inicial.  Editais distintos. |
| Fiscalização. | Exigida. Edital e contrato distintos. | Exigida. Edital e contrato distintos. |
| Gestão. | Edital e contrato único. | Editais e contratos distintos.  Custos administrativos adicionais, tanto para fase interna quanto externa.  Gestão das interfaces entre contratados. |
| Riscos Associados. | Desacordo com anteprojeto.  Descumprimento de prazo.  Abandono das obras e serviços. | Dissociação ou separação da atividade pretendida pela Contratante.  Falta de domínio da solução completa por parte dos diferentes contratados.  Possível alegação de fornecimento de que projeto básico é insuficiente ou incompatível em decorrência de contrato anterior distinto.  Possível alegação de que obras e serviços não são compatíveis com respectivos projetos fornecidos.  Conflito entre prestadores e contratados.  Falta de garantia de execução concomitante das obras e serviços.  Não entrega de parte de obra ou de serviço.  Exigência de aditamentos.  Descumprimento de prazos.  Ausência de solidariedade entre contratados.  Comprometimento do todo, do resultado pretendido. |
| Economicidade do regime. | Presença de economia de escala.  Concentração de aquisições e prestações de serviços sob um único responsável perante a Administração.  Possibilidade de consórcios entre empresas de atividades complementares ao atendimento do objeto de contrato. | Ausência de economia de escala.  Difusão das aquisições e prestações de serviços.  Aumento de custos administrativos.  Impacto dos riscos de não compatibilidades entre projeto básico e obras e serviços.  Custos de transição entre etapas. |

Tabela 2 – Comparativo entre o Regime de Contratação Integrada e outros Regimes da Lei nº 13.303/2016

As maiores diferenças destacadas na tabela se concentram na não exigência de projeto básico, no caso da Contratação Integrada, bem como no aumento significativo dos riscos associados aos regimes de contratação nos quais se exige prévio projeto básico. Outro ponto se refere à gestão de contratos, onde se destacam as diferenças entre se gerenciar contrato único e diversos contratos, de acordo com o item, por exemplo, projetos, obras e serviços (estes últimos sendo passíveis de novo fracionamento, de acordo com a natureza do serviço).

Sendo assim, ficará a cargo do licitante vencedor apresentar a proposta com melhor relação custo x benefício, favorecendo a Administração, em respeito aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

# PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo previsto para a execução deste objeto de contrato será de até 31 (trinta e um) meses, conforme cronograma físico ANEXO a este Termo de Referência, contados da data de autorização para o início dos serviços, constante na Ordem de Serviço (O. S.) após assinatura da mesma, emitida pela EMAP. A Ordem de Serviço será emitida em até 30 (trinta) dias corridos após a reunião de *kick off*.

O prazo de vigência do contrato será de 37 (trinta e sete) meses a contar da data de Assinatura do Contrato.

# LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados na poligonal do Porto do Itaqui conforme figura a seguir: Endereço: Av. dos Portugueses, s/n, CEP: 65085-370, São Luís – MA.

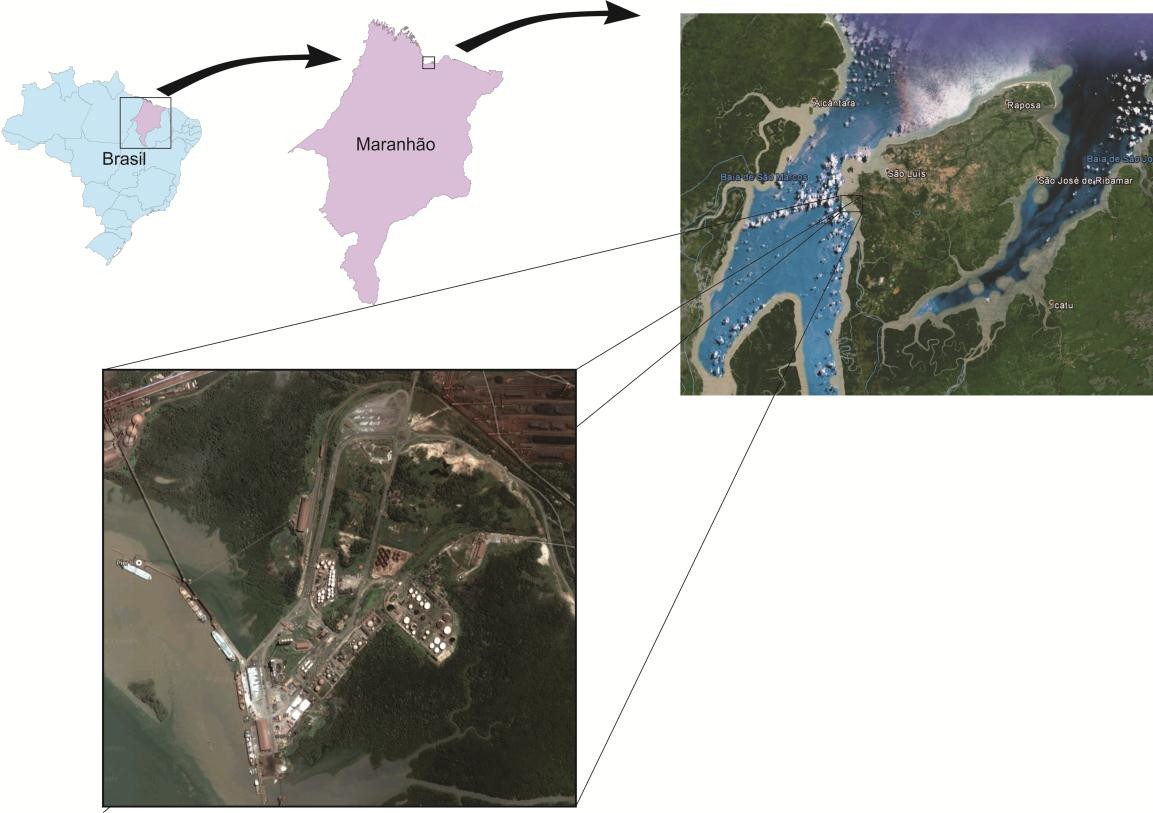


Figura 1 – Localizações em macro e micro escalas do Porto do Itaqui, São Luís – MA

# 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de atividades para execução dos serviços encontra-se no ANEXO III deste Termo de Referência.

# SAÚDE, SEGURANÇA, COMPLIANCE E MEIO AMBIENTE

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA DO TRABALHO**

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato.

TRABALHO EM ALTURA

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Uso de cinto de segurança tipo pára-quedista com talabarte duplo para trabalhos em altura;
3. Para eletricista prevalece a mesma determinação não sendo permitido o uso do cinto abdominal (cinturão);
4. Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias (linha de vida), implementado por profissional devidamente habilitado;
5. Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;
6. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
7. O sistema de proteção contra queda deverá ser constituído de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18;
8. Emissão de Permissão de Trabalho para trabalhos em altura;
9. Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

USO DE ANDAIME:

1. As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira;
2. Os andaimes devem possuir assoalho completo e contraventamento a partir de 6m e depois a cada 3m;
3. Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho, portinhola que abre para dentro, roda pé com 0,2 m de altura, travessa a 0,7 m e travessa superior a 1,20m do assoalho;
4. Deverá ser apresentado memorial de cálculo e ART das linhas de vida instaladas na obra;

USO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA - PTA:

1. Os operadores devem ser treinados pelo fabricante ou por pessoa por pessoa autorizado pelo fabricante;
2. Deverá ser mantido outro empregado habilitado para operar a plataforma em caso de emergência;
3. O cinto de segurança deverá estar afixado no local correto;
4. Deverá ter um operador reserva habilitado no piso para auxiliar na operação em emergência;
5. Não colocar membros superiores em posição de pensamento;
6. Durante o deslocamento da TPA somente o operador poderá estar no cesto;
7. A PTA deverá ter extintor de incêndio no cesto;
8. A PTA deverá trabalhar isolada em toda a sua área de alcance.

USO DE ESCADA:

1. A escada móvel não deve ultrapassar 7m;
2. As escadas devem possuir sapatas antiderrapantes;
3. Não utilizar escadas metálicas para atividades com eletricidade;
4. Ao se utilizar escada de mão para acessar um local de trabalho mais elevado, a extremidade superior da escada deve ultrapassar pelo menos 1 metro o piso deste local;
5. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com o setor de segurança da EMAP;
6. A empresa deverá manter relação atualizada com os nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar trabalhos em altura e manter uma cópia do documento na frente de serviço;
7. A empresa deverá apresentar certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR-35 de todos os executantes de trabalho em altura;
8. Emitir circular a todos os colaboradores proibindo a realização de atividades sob efeito de drogas (álcool, etc.);
9. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

1. Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos.
2. Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui.
3. Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veiculo.
4. Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
5. Todos os veículos que estiverem transportando carga com excesso lateral e longitudinal deverão ser conduzidos com escolta.
6. Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
7. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.
8. Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;
9. Deverá ser elaborado inventário dos veículos, além de plano de manutenção preventiva.
10. Não transportar carga dentro da cabine do veículo.

OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar cópia da Habilitação de todos os operadores de equipamentos móveis;
3. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
4. Cumprimento das Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui;
5. Todos os equipamentos móveis deverão estar identificados com logomarca da empresa nas laterais do equipamento;
6. Os equipamentos de transporte de carga deverão ter sua capacidade indicada no próprio equipamento;
7. Os equipamentos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
8. Uso obrigatório de giroflex e sinal sonoro de ré;
9. Todos os veículos ou máquinas que estiverem transportando carga com excesso lateral ou longitudinal deverão ser conduzidos com escolta;
10. Os operadores deverão cumprir sinalização interna do Porto do Itaqui;
11. Os condutores deverão portar o crachá de identificação de operador;
12. Todos os equipamentos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade;
13. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via;
14. Elaborar procedimento específico para operação dos equipamentos e treinar os operadores no mesmo;
15. A área da patola deverá ter dimensão mínima de três vezes o maior comprimento da base do cilindro;
16. A área da movimentação da carga deverá estar isolada;
17. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos.

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO À ENERGIA ELÉTRICA.

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade;
3. Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade;
4. Apresentar prontuário elétrico e laudo de aterramento.
5. Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo.

MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos de guindar;
3. Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher check-list diariamente;
4. Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas;
5. Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo;
6. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos;
7. Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
8. Deverá ser elaborado plano de rigging para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de içamento de carga.

TRABALHO EM AMBIENTE CONFINADO OU SEMI-CONFINADO (TUBULÕES, TANQUES, CAIXAS, GALERIAS, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Avaliação ambiental antes e durante os serviços.
3. Os executatnes, vigia e responsável devem ser capacitados conforme NR-33, devendo ser apresentado o certificado que comprove a capacitação dos empregados envolvidos com atividades em espaço confinado.
4. Todos os empregados executantes de trabalhos em espaço confinado deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).
5. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
6. Elaboração de procedimento específico para a atividade em espaço confinado e treinamentos dos executantes no respectivo procedimento.

EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS / ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas corretamente.
4. Dimensionar medidas de proteção de correias.
5. Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12.
6. Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço.
7. A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa.
8. Realizar treinamento de NR 12.

TRABALHO PRÓXIMO A VALAS, TALUDES OU PILHAS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

* + 1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
    2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
    3. Deve ser realizada a avaliação de estabilidade do material antes de realizar atividades próximos a taludes.
    4. Adoção de escoramento - Seguir as recomendações da RTP 03/ NR18 - escavações, fundações e desmonte de rochas.
    5. Adoção de proteção contra quedas de pessoas / materiais.
    6. Deverá ser instalado sistema de guarda-corpo fixo no perímetro das valas ou taludes.
    7. Para acesso das valas ou taludes deverá ser utilizada escada de acesso.
    8. Elaboração de procedimento específico para atividades nessas circunstâncias e treinamentos dos empregados no mesmo.

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A: LÍQUIDOS OU GASES INFLAMÁVEIS E/OU COMBUSTÍVEL (ÓLEO DÍESEL, GASOLINA, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Proibição de uso de dispositivos que emitam chamas em área próxima à manuseio e armazenagem de produtos inflamáveis;
4. Estocagem em locais ventilados, isolados e sinalizados, conforme a NBR 17505-2:2006;
5. Devera existir letreiro com dizeres ‘não fume’ e ‘inflamável’ no local de abastecimento / armazenamento e manuseio de produtos inflamáveis;
6. Quando no abastecimento deverá ser executado o aterramento do caminhão e toda a área deverá ser isolada não permitindo o acesso de terceiros;
7. A FISPQ do produto deverá estar no local e os colaboradores devem ter conhecimento dos procedimentos contidos na mesma;
8. Manter relação atualizada de empregados que estão autorizados a realizar atividades com exposição a produtos químicos;
9. A atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos e veículos deverá ser procedimentada e os executantes dessa atividade devem ser treinados no respectivo procedimento;
10. É proibido o uso de GLP para atividades de solda e/ou corte.

MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Fazer uso de respirador semifacial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado;
4. Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores;
5. Uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação);
6. Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados;
7. Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados;
8. Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos;
9. Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção.

TRABALHO COM CORTE E SOLDA OXIACETILÊNICA

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Uso de respirador semifacial para fumos metálicos;
5. Equipamentos com válvulas corta chama na saída dos cilindros e entrada das canetas;
6. Pessoal com treinamento específico para a função e com experiência comprovada;
7. É proibido o uso de GLP para realização de atividades de corte/solda.

RISCO DE ATAQUE DE ANIMAIS E INSETOS.

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Uso de EPI’s adequados (Ex.: Coturnos/perneiras para proteção das pernas, etc.);
5. Uso de repelentes pelos empregados;
6. Todos os empregados deverão estar com suas vacinas em dia;
7. A empresa deverá manter equipamentos e dispositivos de primeiros socorros, além de pessoas treinadas para o caso de emergências durante as atividades;
8. Deverá disponibilizar meios eficientes para comunicação, a fim de atender às exigências do plano de emergência;
9. Os colaboradores deverão ser orientados a não intervirem contra os animais peçonhentos encontrados nos locais das atividades, pois este é um papel do corpo de bombeiros;
10. Deverá ser realizado treinamento sobre animais peçonhentos para todos os colaboradores;
11. Os colaboradores que executarem atividades a céu aberto deverão receber protetor solar;
12. Deverão ser disponibilizados banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço, os quais deverão ser limpos diariamente.

CONTATO COM AGENTES BIOLÓGICOS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

EXPOSIÇÃO A EQUIPAMENTOS / FLUÍDOS SOB PRESSÃO (COMPRESSORES, CILINDROS, PNEUS, SISTEMA HIDRÁULICO, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

* 1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
  2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
  3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
  4. Despressurizar o sistema antes da realização das atividades;
  5. Não provocar aumento de temperatura e choques mecânicos aos recipientes;
  6. Evitar exposição desnecessária às áreas de risco;
  7. Disposição dos cilindros em gaiolas com a devida separação entre os cilindros de gases diferentes e entre os cheios e os vazios, devidamente sinalizados e com a FISPQ disponível.

EXPOSIÇÃO A POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE.

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Avaliação ambiental para a função;
5. Implantar Programa de Proteção Respiratória;
6. Em pátios abertos, onde não haja pavimentação, deverá haver umectação das vias de acesso, a fim de eliminar a emissão de particulados;
7. Implantar Programa de Conservação Auditiva;
8. Para realização de atividades com exposição à água, deverá ser considerada a necessidade do uso de roupas especiais, que o proteja os colaboradores contra umidade.

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada;
5. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas;
6. Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra;
7. Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação;
8. Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento;
9. Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas;
10. As extensões elétricas deverão possuir DR.

TRABALHO PRÓXIMO A ÁGUA (PIER, CAIS, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Uso de colete salva-vidas a partir de 2m da borda do cais;
5. Proteção contra quedas;
6. Uso de bota de segurança sem cadarço quando de exposição do risco de queda de homem ao mar.

A OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, AMBULATÓRIO (SE NECESSÁRIO), ETC.

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP;
2. O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NR`s;
3. As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso;
4. Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26;
5. As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebrada em áreas a céu aberto;
6. Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2;
7. Todos os contêineres deverão ser aterrados com seus laudos de aterramento;
8. Deverá ser disponibilizado banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço;
9. As fiações das instalações elétricas provisórias devem possuir altura de no mínimo 5 (cinco) metros a partir do solo, dimensionada de acordo com as necessidades de serviços especiais ou que empreguem máquinas e equipamentos de grandes dimensões. As fiações devem possuir identificação/sinalização visível de altura.

HAVERÁ USO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Cumprir as exigências da EMAP;
2. Realizar ligação somente com autorização prévia da EMAP;
3. Informar qualquer alteração ao longo do contrato;
4. O gerador deve permanecer aterrado enquanto estiver em uso;
5. Todo quadro elétrico e extensão deverá possui DR.

TEMPO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ SUPERIOR A 60 DIAS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Apresentar PGR ou PCMAT/PCA/PCMSO/LAUDO ERGONÔMICO/PAE de acordo com as características da atividade do contrato, CNAE da empresa e número de empregados;
2. Realizar a divulgação dos procedimentos internos EMAP
3. Atender ao disposto na NR 05;
4. Apresentar dados estatísticos até o 2º dia útil de cada mês subsequente através de seu fiscal de Contrato EMAP;
5. A empresa deverá dimensionar seu SESMT conforme NR 04 da Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 do MTE e registrá-lo na SRTE;
6. A empresa com seus representantes da liderança e SESMT deverão participar dos treinamentos e reuniões de segurança que forem convocados.

HAVERÁ ATIVIDADES SOBRE EMBARCAÇÃO OU USO DE BARCAÇA

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. NPCP / NORMAMS.

* 1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
  2. Uso de coletes salva vidas enquanto estiverem embarcados;
  3. Obedecer às NPCP e as NORMAMS (Capitania dos Portos e Marinha do Brasil);
  4. As embarcações contratadas para executar serviços devem cumprir a NR 30 bem como a atender as condições de conforto elencando na norma.

HAVERÁ SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, SONDAGENS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Cumprir os requisitos estabelecidos na Nr-18.6 (Escavações, Fundações e Desmonte de rochas);
2. A área de trabalho deve ser previamente limpa, devendo ser retirados ou escorados solidamente árvores, rochas, equipamentos, materiais e objetos de qualquer natureza, quando houver risco de comprometimento de sua estabilidade durante a execução de serviços;
3. Muros, edificações vizinhas e todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação devem ser escorados;
4. Os serviços de escavação, fundação e desmonte de rochas devem ter responsável técnico legalmente habilitado;
5. Quando existir cabo subterrâneo de energia elétrica nas proximidades das escavações, as mesmas só poderão ser iniciadas quando o cabo estiver desligado;
6. Na impossibilidade de desligar o cabo, devem ser tomadas medidas especiais junto à concessionária;
7. Os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) devem ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim;
8. As escavações com mais de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de profundidade devem dispor de escadas ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores;
9. Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude;
10. Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida.

HAVERÁ TRABALHO NOTURNO

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Deve ser garantido o descanso entre jornadas de no mínimo 11h.
2. Deve ser garantida iluminação necessária para execução das atividades noturnas.

HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. TODOS os empregados deverão ser treinados no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).
2. As pessoas que forem acessar as instalações da EMAP deverão atender ao descrito na Portaria 130/2014, referente ao uso de calçado nas areas administrativas da EMAP e Portaria 129/2014, referente à utilização de EPI na área operacional;
3. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui;
4. Todas as exigências legais à contratada serão estendidas à subcontratada, caso haja.

1) REALIZAR INSPEÇÕES DE SEGURANÇA NA OBRA OU SERVIÇO?

- Sim, conforme Procedimento de Inspeção da EMAP;

- Inspeções (check-list) em equipamento e maquinários;

- O Fiscal EMAP da contratada deverá realizar avaliação de desempenho da contratada em SST conforme procedimento específico;

- Deverá o fiscal EMAP cobrar a implementação do Sistema de Gestão de SST da EMAP e garantir que o planejamento operacional possa trabalhar com o foco nos procedimentos de segurança.

2) REALIZAR TREINAMENTO DOS EXECUTANTES EM OUTROS PROCEDIMENTOS QUE NÃO OS INDICADOS NAS ORIENTAÇÕES?

- Treinamento de ambientação - PROAPI (para todos os empregados)

- Treinamentos de segurança específicos das empresas para todos os empregados;

- Treinamentos específicos e de capacitação dos procedimentos das atividades rotineiras;

- ROF – Regulamento de operações ferroviárias (quando aplicável);

- Treinamento de LDL - Liberação e Devolução de Linha para as atividades no gabarito da ferrovia;

- Treinamento de APR (Avaliação Preliminar de Risco);

- Todos os empregados devem estar devidamente qualificados e habilitados para suas funções.

3) A OBRA OU SERVIÇO A SER REALIZADA PELA CONTRATADA NECESSITARÁ DE ANÁLISE DE RISCOS?

- No início do contrato a empresa deverá identificar e quantificar os riscos do processo e suas tarefas/passos;

- Identificar os perigos, riscos e danos associados na atividade identificados através da elaboração de APR - Avaliação Preliminar de Risco da Tarefa para todas as atividades não rotineiras e elaboração de Procedimentos para as atividades rotineiras.

4) OBSERVAÇÕES

1. A Empresa deverá cumprir toda a legislação vigente no que se refere a Segurança e Saúde Ocupacional, comparecendo para auditoria de SST quando convocada pela contratante;
2. A contratada deverá implantar o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde da EMAP;
3. A empresa deverá comunicar/registrar e investigar todas as ocorrências de Quase Acidente, acidentes Pessoais e Materiais corridos nas dependências ou a serviço da EMAP;
4. A empresa deverá utilizar os EPI’s específicos para a função, conforme PPRA da Empresa e observações citadas no levantamento por atividades;

NOTA: Todas as atividades inerentes ao escopo do contrato deverão ser realizadas somente por profissionais habilitados.

1. Para realização da tarefa que não estejam mencionados neste documento deverão se envolvidos as partes do SESMT EMAP, SESMT da Fiscalizadora, quando aplicável e Fiscal EMAP;
2. A EMAP solicita cópia da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos engenheiros e responsáveis técnicos da empresa a ser contratada;
3. A EMAP solicita cópia do PPRA ou PCMAT, PCMSO, PPR, PCA e Registro dos profissionais do SESMT da empresa na SRTE;
4. Somente é permitido o uso de cintos de segurança tipo paraquedista para trabalho em altura, sendo expressamente proibido o uso de cinto abdominal;
5. Todos os veículo e equipamentos móveis devem estar devidamente sinalizados e com seus dispositivos de segurança em perfeito estado de funcionamento;
6. Para trabalhos nas proximidades da pilha ou taludes deverá ser realizado Avaliação de estabilidade do material. Adoção de escoramentos. Proteção contra quedas de pessoas / materiais;
7. Os empregados deverão estar com suas vacinas em dias;
8. Para os trabalhos a serem realizados próximo à linha férrea é obrigatório que todos os colaboradores possuam treinamento de ROF e LDL, uso de uniforme ou coletes refletivos na cor laranja;
9. Todos os equipamentos e ferramentas deverão possuir check-list próprio e os operadores serem treinados quanto a sua utilização;
10. Todas as máquinas, veículos e equipamentos deverão possuir plano de manutenção;
11. Todas as partes móveis dos equipamentos deverão estar devidamente protegidas;
12. Todos os veículos e equipamentos deverão ser inventariados.

As informações constantes neste documento estão pautadas nas legislações vigentes. Quaisquer situações não contempladas neste documente não desobriga a empresa a atender, caso esteja disposto em legislações.

**ORIENTAÇÔES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE**

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato.

INSTALAÇÃO DE CANTEIROS DE OBRAS COM ESCRITÓRIO, BANHEIROS, BEBEDOUROS, REFEITÓRIOS, ETE, FOSSA, ALMOXARIFADO, OFICINA, ETC.

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Lei 9966/00; Lei 12.305/2010; NBR 5419/2005; Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. É necessário, no momento da emissão da ordem de serviço, a apresentação de memorial descritivo, Layout e Mapa de localização do canteiro de obras;
2. Caso haja instalação de oficina mecânica, esta deverá possuir piso impermeável, material para contenção de vazamentos de óleo (Serragem, turfa, areia ou outros), cobertura e sistema de drenagem conectado a uma Caixa Separadora de Água e Óleo - CSAO;
3. Deverá ser adotada a prática de coleta seletiva no canteiro e demais instalações seguindo a exigência da lei nacional de resíduos;
4. Caso haja a disponibilização de bebedouros, a contratada deve providenciar limpeza, higienização e o controle da qualidade da água ofertada, mediante a apresentação de laudos laboratoriais;
5. Caso haja instalações sanitárias (ou banheiros químicos), a empresa deve providenciar o controle dos efluentes sanitários, realizando limpeza periódica de banheiros, fossas sépticas e demais instalações. Este serviço deverá ser realizado por empresa especializada;
6. A empresa deve apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos, considerando a destinação ambientalmente correta destes materiais;
7. Caso haja a disponibilização de um técnico em meio ambiente neste contrato, o mesmo deve se apresentar à COAMB para conhecimento dos procedimentos ambientais da EMAP.
8. Caso haja, utilização de produtos perigosos a empresa deverá efetuar o controle, acondicionamento conforme normas especificas e disponibilizar treinamentos para seus colaboradores.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: CONAMA 237/1997 Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Caso seja necessário, para o serviço de terraplanagem será providenciado pela Coordenadoria de Meio Ambiente EMAP a licença ambiental, devendo esta ficar na frente de serviço em fácil visualização. A contratada deve obedecer as condicionantes ambientais do referido ato administrativo;
2. Como mitigação às emissões de particulado, deverá ser apresentado procedimento para umectação da área. A água a ser utilizada deve ter origem ambientalmente correta, devendo ser apresentada a outorga de captação do recurso;
3. Para os equipamentos movidos à óleo diesel, deverá ser apresentado cronograma de monitoramento de emissão de fumaça preta destes;
4. Caso haja necessidade de uso de área de empréstimo ou área de descarte, deverá ser apresentado os documentos ambientais (licenças e/ou autorizações ambientais) da área;
5. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado todos os resíduos incluindo os resíduos e efluentes oriundos ou associados ao serviço de terraplanagem.

ATIVIDADE OFF SHORE

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. É necessário que seja apresentado quais medidas/equipamentos serão utilizados no caso de uma eventual ocorrência ambiental, cabendo, inclusive, a apresentação do fluxo de comunicação de emergência, com número para contato.
2. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados as atividades off shore.

INTERVENÇÃO/SUPRESSÃO EM ÁREA DE APP

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: CONAMA nº 369/2006 Lei 12.651/2012; Lei 7803/89. Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Caso seja necessário, para o serviço de supressão em área de APP será providenciado pela Coordenadoria de Meio Ambiente EMAP a Autorização de Supressão de Vegetação, devendo esta ficar na frente de serviço em fácil visualização. A contratada deve obedecer as condicionantes ambientais do referido ato administrativo;
2. Caso no momento da intervenção/supressão seja avistado fauna (silvestre ou doméstica), deverá ser seguido os protocolos de captura específicos desta EMAP.
3. Quando houver utilização de motosserras, apresentar licença para porte e uso de motosserra IBAMA, Lei 7803/89;
4. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados ao serviço de intervenção/supressão em área de APP.

CORTES DE ÁRVORES ISOLADAS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Resolução SMA 84 de 2013. Lei 7803/89; Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Caso seja necessário, para o serviço de corte de árvores isoladas deverá ser informado à Coordenadoria de Meio Ambiente a quantidade, localização e identificação do espécime a ser cortado. Após análise, a COAMB /EMAP definirá as tratativas necessárias para a execução da atividade;
2. Caso no momento do corte seja avistado fauna (silvestre ou doméstica), deverá ser seguido os protocolos de captura específicos desta EMAP;
3. Não é permitido o corte de espécimes protegidos por lei, como por exemplo, o babaçu;
4. Quando houver utilização de motosserras, deverá ser apresentado licença para porte e uso de motosserra IBAMA, Lei 7803/89;
5. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados ao serviço de corte de árvores isoladas.

USO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MOVIDOS A DIESEL

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Para os equipamentos movidos à óleo diesel, deverá ser apresentado cronograma de monitoramento de emissão de fumaça preta destes;
2. É necessário que seja apresentado quais medidas/equipamentos serão utilizados no caso de uma eventual ocorrência ambiental (kit ambiental), cabendo, inclusive, a apresentação do fluxo de comunicação de emergência, com número para contato.
3. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados ao uso de máquinas e equipamentos movidos à óleo diesel.

HAVERÁ NECESSIDADE DE ABASTECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NA OBRA

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Conforme procedimentos internos, o abastecimento de máquinas e equipamentos deve ser realizado através de caminhão comboio devidamente licenciado. Caso haja alguma impossibilidade ou restrição para seguimento desta normativa, deverá ser submetido solicitação formal à Coordenadoria de Meio Ambiente para realização do abastecimento de outra forma, sendo indicado de forma detalhada a metodologia a ser utilizada devendo aguardar o autorização da COAMB
2. O motorista do caminhão comboio devera portar carteira do MOPP, manter um Kit ambiental (pá antifaísca, vassoura, saco de lixo, material de sinalização, material absorvente) no caminhão e estar de posse das Fichas de Informação de Segurança do Produto Químico (FISPQ) dos produtos transportados. O motorista deve ser treinado para atuar caso haja pequeno vazamento de produto durante o abastecimento;
3. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados à atividade de abastecimento de máquinas e equipamentos na obra.
4. É necessário que seja apresentado quais medidas/equipamentos serão utilizados no caso de uma eventual ocorrência ambiental envolvendo o caminhão comboio, cabendo, inclusive, a apresentação do fluxo de comunicação de emergência, com número para contato.
5. A metodologia de abastecimento de máquinas e equipamentos na obra deve ser descrita em forma de procedimento para a validação da Coordenadoria de Meio Ambiente da EMAP.

USO DE BETONEIRA

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: CONAMA 237/1997; Lei 12305/2010 PNRS; Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Conforme procedimentos internos, a lavagem de betoneiras não é permitido, salvo se for realizada alguma tratativa para destinação ambientalmente correta do efluente gerado ou se tal efluente for reaproveitado no processo. Caso haja alguma impossibilidade ou restrição para seguimento desta normativa, deverá ser submetido solicitação formal à Coordenadoria de Meio Ambiente para realização da lavagem de betoneira, sendo indicado de forma detalhada a metodologia a ser utilizada devendo aguardar autorização da COAMB;
2. Os insumos utilizados deverão ter origem ambientalmente correta, devendo, quando o caso, ser apresentado licença do órgão ambiental e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) dos fornecedores de insumos, tais como, areia e pedra, em caso de madeiras deverá o insumo possui Documento de Ordem Floresta (DOF), Licença de importação ou Nota fiscal de compra de local que esteja dentro da legalidade;
3. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados à atividade de uso de betoneira.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS CLASSE I e/ou CLASSE II A-B

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Lei 12305/2010 Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado todos os resíduos e efluentes oriundos ou associados à atividade do contrato;
2. Deverá ser adotada a prática de coleta seletiva no canteiro e demais instalações seguindo a exigência da lei nacional de resíduos;
3. Deverá ser descrito a forma de gerenciamento dos resíduos das atividades do contrato, incluindo a destinação final ambientalmente correta destes.
4. O gerenciamento de Resíduos deverá obedecer os procedimentos internos da EMAP, disponíveis no site da empresa.
5. Os resíduos perigosos não devem ser armazenados na área primária do Porto do Itaqui e terminais delegados, caso haja necessidade a empresa deverá informar a COAMB para uma avaliação e liberação prévia podendo ser liberado por tempo determinado.

UTILIZAÇÃO DE INSUMOS (AREIA, ARGILA, BRITA, CIMENTO, LATERITA, MADEIRA, ETC.)

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Os insumos utilizados (areia, argila, brita, cimento, laterita, madeira, etc) deverão ter origem ambientalmente correta, devendo, quando o caso, ser apresentado licença do órgão ambiental e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) em caso de madeiras deverá o insumo possui Documento de Ordem Floresta (DOF), Licença de importação ou Nota fiscal de compra de local que esteja dentro da legalidade;
2. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados à atividade de utilização de insumos.

USO DE PRODUTOS QUÍMICOS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: CONAMA 237/1997 CONAMA 450/2014; RDC 72/09 alterada pela nº10/2012; Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. A contratada deve informar através de inventário todos os produtos químicos armazenados e utilizados durante as suas atividades, devendo ser entregue a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ destes;
2. Todos os produtos químicos devem ser acondicionados e transportados considerando os requisitos definidos nas FISPQ´s. A Contratada deve apresentar para a Coordenadoria de Meio Ambiente como será o armazenamento dos produtos químicos;
3. Quando aplicável, as embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos fracionados deverão ser certificadas por Organismos de Certificação de Produtos (OCP), acreditados pelo INMETRO ou outras organizações acreditadoras;
4. É necessário que seja apresentado quais medidas/equipamentos serão utilizados no caso de uma eventual ocorrência ambiental envolvendo tais produtos químicos, cabendo, inclusive, a apresentação do fluxo de comunicação de emergência, com número para contato.
5. Possuir, em área próxima ao local de armazenamento de produtos químicos, kit ambiental composto de pá, enxada, serragem de madeira, sacos plásticos, bandeja de contenção para eventual necessidade de conteção;
6. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados ao uso e/ou armazenamento de produtos químicos.

HAVERÁ GERAÇÃO DE POEIRA, PARTICULADOS E FUMAÇA EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: CONAMA 382/2006 CONAMA 436/2011. Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. É necessário que seja apresentado quais medidas serão utilizados caso haja geração de poeira, particulados e fumaça, devendo ser informado as ferramentas para o controle de emissão de particulado (PTS);
2. Como mitigação às emissões de particulado, deverá ser apresentado procedimento para umectação da área, caso seja aplicável à realidade do contrato. A água a ser utilizada deve ter origem ambientalmente correta, devendo ser apresentada a outorga de captação do recurso;
3. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados à atividade de geração de poeira, particulado e fumaça em veículos e equipamentos.
4. Veículos movidos a diesel deverão passar por controle de fumaça preta devendo a empresa encaminhar evidencias duas vezes ao ano

HAVERÁ UTILIZAÇÃO DE ÁGUA

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. No caso de fornecimento de água a partir do hidrômetro da EMAP, é necessário que a Contratada atenda aos critérios de consumo consciente do Recurso, adotando e difundindo para seus colaboradores as metas e objetivos da EMAP sobre essa questão;
2. Caso haja fornecimento de água via caminhão tanque, para qualquer finalidade, é necessário que seja apresentada outorga de captação. Além disso, referida atividade deve ser realizada por empresa credenciada nesta EMAP.

HAVERÁ SONDAGEM

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Procedimentos EMAP/COAMB aplicáveis a esta atividade.

1. Caso seja necessário, para o serviço de sondagem será providenciado pela Coordenadoria de Meio Ambiente EMAP a licença ambiental, devendo esta ficar na frente de serviço em fácil visualização. A contratada deve obedecer as condicionantes ambientais do referido ato administrativo;
2. No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos deve ser contemplado os resíduos e efluentes oriundos ou associados à atividade de sondagem.

HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE NA ÁREA AMBIENTAL

Execução de melhoramentos de edificações, dos sistemas de drenagem e esgoto das vias do Porto. Lançamento de efluente da ETE em corpo hídrico.

1) REALIZAR INSPEÇÕES DE MEIO AMBIENTE NA OBRA OU SERVIÇO?

- Sim, conforme Procedimentos Internos da EMAP;

- Inspeções (check-list) em equipamento e maquinários, avaliando a presença do kit ambiental nas proximidades do veículo ou da atividade;

- Deverá o fiscal EMAP cobrar a implementação do Sistema de Gestão de Meio Ambiente da EMAP e garantir que o planejamento operacional possa trabalhar com o foco nos procedimentos de meio ambiente.

2) REALIZAR TREINAMENTO DOS EXECUTANTES EM OUTROS PROCEDIMENTOS QUE NÃO OS INDICADOS NAS ORIENTAÇÕES?

- Treinamento de ambientação - PROAPI (para todos os empregados)

- Treinamentos de específicos da área ambiental para todos os empregados;

- Treinamentos específicos e de capacitação dos procedimentos das atividades rotineiras;

- Treinamentos referente a gestão de resíduos sólidos e líquidos gerados na atividade;

- Treinamento para o combate a emergências ambientais;

- Todos os empregados devem estar devidamente qualificados e habilitados para suas funções.

3) OBSERVAÇÕES.

1. A Empresa deverá cumprir toda a legislação vigente no que se refere ao meio ambiente;
2. A contratada deverá implantar o Sistema de Gestão de meio ambiente;
3. A empresa deverá comunicar/registrar e investigar todas as ocorrências de Quase Acidente, acidentes e incidentes ambientais;
4. Para realização da tarefa que não estejam mencionados neste documento deverão se envolvidos as partes do SSMA DA EMAP, SSMA da Fiscalizadora, quando aplicável e Fiscal EMAP;
5. A EMAP solicita cópia de todas as documentações legais previstas nas legislações ambientais vigentes e nos procedimentos internos da Autoridade Portuária.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SAÚDE**

Solicita-se o envio das seguintes documentações: PCMSO da empresa e ASO de todos os colaboradores envolvidos nas atividades.

Obs: Enviar todos os documentos em um só arquivo.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À COMPLIANCE**

São obrigações do(a) Contratado(a):

(a) cumprir a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 1309/2018), realizando, em conformidade com orientações da EMAP, o tratamento de dados pessoais para propósitos legítimos, específicos, explícitos e devidamente informados ao titular; (a.1) para tanto, deverá observar a Política de Privacidade de Dados da EMAP; (a.2) ademais, dará conhecimento formal aos seus empregados acerca das obrigações e das condições acordadas nesta contratação, em especial no tocante à Política de Privacidade da EMAP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e ao tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula;

(b) realizar eventual tratamento de dados pessoais exclusivamente em conformidade com instruções documentadas da EMAP e de acordo com bases legais previstas nos arts. 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018, limitado o tratamento às atividades estritamente necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato;

(b.1) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, esta deverá ser realizada mediante prévia aprovação da EMAP, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento);

(b.2) os dados assim coletados somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato e, em hipótese alguma (especialmente se envolverem proveito econômico para terceiros), poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

(b.3) a contratada apresentará à FISCALIZAÇÃO da EMAP, em até 10 (dez) dias úteis após a data de assinatura do contrato, os procedimentos internos referentes a entrada, o tratamento e a saída dos dados pessoais a que tiver acesso em razão desta contratação, obrigando-se a apresentar atualização à EMAP sempre que promover modificações em tais medidas;

(b.3.1) Mediante avaliação da fiscalização de contrato, e a critério da EMAP, o prazo poderá ser prorrogado, a fim de possibilitar que a Contratada apresente o referido documento.

(c) implementar todas medidas de segurança da informação necessárias para assegurar a proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força desta contratação e manter registro das atividades de tratamento de dados pessoais realizadas, como forma de garantir a rastreabilidade das transações e a apuração, a qualquer momento de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

(d) comunicar, de maneira imediata, ou, no máximo, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do momento em que tomar conhecimento, sobre qualquer tratamento não autorizado ou ilícito de dados pessoais (acesso não autorizado, vazamento ou outro);

(e) permitir e cooperar com investigações de incidentes no tratamento de dados pessoais, realizados pela EMAP ou por terceiros por ela contratados e requisições de titulares de dados;

(e.1) a CONTRATADA deverá colaborar com a EMAP no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos de controle administrativo;

(e.2) a critério do Encarregado de Dados da EMAP, a CONTRATADA poderá se compromete, sempre que necessário e quando provocada, a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais;

(f) indicar, por escrito, à FISCALIZAÇÃO da EMAP, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, o “Encarregado” e os meios de contatos deste (e-mail, telefones fixo e celular, fax, entre outros), cumprindo-lhe atualizar a EMAP sempre que modificado o representante ou eventual meio de contato;

(f.1) o prazo para comunicação à FISCALIZAÇÃO da EMAP sobre a alteração do Encarregado ou dos meios de contatos deste é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da modificação;

(g) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela EMAP e, em no máximo dez (10) dias úteis, a contar da data de encerramento do prazo de execução contratual, sob instruções e na medida do determinado pela EMAP, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD; (g.1) a CONTRATADA deverá comprovar à FISCALIZAÇÃO da EMAP, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente, a eliminação dos dados pessoais prevista nesta cláusula;

(h) o eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final;

(i) garantir que o “Encarregado” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da EMAP, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

(j) eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO**

PC 07 - 5.2 CONTROLE DE ACESSO A SISTEMAS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.3 SELEÇÃO E USO DE SENHAS

A liberação do acesso aos recursos de TI do empregado deve ser solicitada via Sistema de Chamados da Central de Serviços da GETIN, imediatamente após sua admissão ou remanejamento, pela Gerência de Recursos Humanos – GEREH.

No caso de liberações para acesso de terceirizados, a solicitação deverá ser realizada pelo gerente da área interessada.

Senhas são de uso pessoal e intransferível, sendo sua manutenção e confidencialidade responsabilidade de seu proprietário.

Senhas não devem ser registradas em papel, ou em qualquer meio sem controle ou caracterizado como de acesso público.

As senhas devem conter o padrão mínimo de 6 (seis) caracteres, atendendo ao menos 3 critérios, sendo eles: letra maiúscula, letra minúscula, números e símbolos.

Senhas temporárias ou iniciais devem ser alteradas pelo usuário no primeiro acesso, conforme regras estabelecidas nesta norma.

Senhas de acesso aos recursos de informática devem ser alteradas periodicamente, evitando a reutilização de senhas antigas. Caso esse procedimento não seja realizado pelo usuário, o sistema automaticamente solicitará a cada 3 meses, uma nova senha ao usuário.

O acesso (conta) aos recursos de TI será bloqueado após 5 (cinco) tentativas com erro Template: EMAP-PC-01 Versão 18 Data de revisão do template: 09/12/2019 Página 10 de 28

Senhas devem ser alteradas pelos usuários, sempre que existir qualquer indicação de possível comprometimento do sistema, ou das próprias senhas

Na criação e alteração da senha de acesso à rede e aos sistemas de informação deve-se evitar a utilização de:

a) Nome próprio ou sobrenome do usuário;

b) Nome de parentes ou time de preferência;

c) Datas comemorativas;

d) Sequência de números e letras;

e) Conjunto de caracteres totalmente iguais;

f) Conjunto de caracteres iguais à conta;

g) Informações que possam ser obtidas do próprio usuário, tais como: telefone, número da identidade, número do CPF, placa de carro, etc.

PC 07 - 5.4 USO DE ATIVOS DE INFORMAÇÃO

5.6 INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES

5.7 PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES

5.12 USO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A conexão de equipamentos de terceiros (empregados e prestadores de serviço) à rede corporativa da EMAP deve ser solicitada através do Sistema de Chamados da Central de Serviços da GETIN pela Diretoria ou Gerência da área interessada, cabendo a Gerência de Tecnologia da Informação, autorizar ou não esta conexão.

Somente a Gerência de Tecnologia da Informação é autorizada a executar a conexão de equipamentos de terceiros à rede corporativa da EMAP, não sendo permitido a nenhum outro setor, executar este procedimento.

Os equipamentos de informática funcionarão somente com softwares regularmente adquiridos e licenciados junto a seus fornecedores ou representantes, ou ainda, aquele fruto de desenvolvimento personalizado para EMAP.

São expressamente proibidas seguintes atividades:

a) Cópia de softwares adquiridos ou desenvolvidos pela EMAP, seja qual for a finalidade;

b) Instalação de softwares nos ativos de informação da EMAP;

c) Modificação ou distribuição de dados ou programas sem autorização.

Em caso de violação às medidas de segurança das informações, a GETIN deve efetuar o bloqueio do acesso do usuário à rede, e comunicar o fato ocorrido, imediatamente ao responsável pela área onde ocorreu a violação, para que sejam aplicadas advertências ou sanções cabíveis.

Para prestadores de serviço que necessitam de acesso aos sistemas de informação, é necessário que o gestor da área responsável envie uma solicitação através do Sistema de Chamados da Central de Serviços da GETIN, informando os dados do usuário.

PC 07 - 5.5 COMPUTAÇÃO MÓVEL E TRABALHO REMOTO

Quaisquer incidentes de segurança, que ocorram nas localidades remotas de trabalho, tais como roubos, invasões, ataques por vírus, deverão ser imediatamente comunicadas à Gerência de Tecnologia da Informação, para que as medidas apropriadas sejam tomadas.

O trabalho remoto à infraestrutura da EMAP somente será autorizado quando for de estrito interesse da empresa, devendo ser precedida de solicitação do gestor do setor do empregado e análise quanto a sua necessidade, viabilidade e autorização formal da GETIN.

Todo acesso remoto autorizado deverá possuir prazo de expiração que poderá ser renovado mediante solicitação do gestor do setor do empregado e análise quanto a sua necessidade, viabilidade e autorização formal da GETIN.

# VALOR ESTIMADO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Conforme a lei 13.303/2016, art. 34, o valor estimado do contrato celebrado por empresa pública será de caráter sigiloso.

Dessa forma, disponibilizam-se os modelos da Planilha Orçamentária Sintética, BDI, Encargos Sociais em anexo a este Termo de Referência.

Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, andaimes, equipamentos, EPI´s, EPC’s alimentação, transporte, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços, objeto do presente ***Termo de Referência***.

O preço proposto para execução do contrato, objeto desta licitação será fixo, expresso em reais (R$) e se referirão à data de apresentação das propostas, válidas por 60 (sessenta) dias.

Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 02 (duas) casas decimais TRUNCADAS (PADRÃO TCU) para evitar correções futuras nas PROPOSTAS DE PREÇOS.

Há Disponibilidade Orçamentária no CAPEX 2022/2023/2024/2025.

# GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Todo contrato deve ser acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

* Previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.

Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Implantação e Obras, que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Termo e em atestar a Nota fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**O fiscal do contrato terá poderes para:**

* Transmitir à CONTRATADA as determinações que julgar necessárias;
* Recusar os serviços que não tenham sido realizados de acordo com as condições ajustadas;
* Ordenar a imediata retirada de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente, ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
* Acusar a falta de atendimento às solicitações por parte da CONTRATADA, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, notificando-a para que proceda à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na lei.

A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização da EMAP não eximirá à CONTRATADA da responsabilidade por eventuais vícios da execução dos serviços, objeto da contratação.

A Fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores, nem tão pouco a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

A partir do quinto dia de atraso na execução do cronograma físico-financeiro ou o descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar advertência, desde que não configure hipótese de aplicação de sansão mais grave, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

A Fiscalização deverá registrar avaliação da Contratada nos quesitos atendimento, qualidade, segurança e meio ambiente, sempre ao fechamento de cada Medição. Podendo a qualquer momento reavaliar a comprovação de capacidade técnica declarada e a quaisquer quantidades, rever ou suspender a Contratada, caso não atenda ao potencial exigido para este objeto.

A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. Desta decisão cabe recurso à Contratada em até 03 (três) dias úteis após a comunicação da Fiscalização.

A Fiscalização conduzirá as reuniões periódicas, as quais serão documentadas por Atas de Reunião e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme Art. 83 da lei 13.303/2016, a inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

1. Advertências;
2. Multas;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP.

Quanto a alínea “**a) Advertência**” poderá ser aplicada por meio de “Termo de Notificação”, quando da ocorrência de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. No caso de três advertências pelo mesmo motivo, está se converterá em multa conforme o grau da ocorrência. A Contratada será advertida por meio de Termo de Notificação emitido pela Fiscalização da EMAP.

A partir do quinto dia de atraso na execução do cronograma físico-financeiro, a Fiscalização poderá advertir a Contratada, desde que não configure hipótese de aplicação de sansão mais grave, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

Após a aplicação da advertência, a Contratada se obriga a respondê-la no prazo informado com as ações para a correção dos problemas apontados pela Fiscalização.

Quanto a alínea “**b)** **Multa compensatória incidente por dia ou por ocorrência”**, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

A tabela a seguir mostra a relação entre as obrigações da Contratada e a graduação da multa em caso de descumprimento da respectiva obrigação.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Pontos de responsabilidade da Contratada** | **Grau** | **Multa** | **Prazos** |
| Manter, durante a vigência do Contrato as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe técnica, indicada para fins de capacitação técnico-profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização da EMAP. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Disponibilizar durante a vigência do Contrato equipe técnica, responsável pela elaboração dos projetos e documentos, em container/escritório na poligonal do Porto do Itaqui em São Luís – MA. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Elaborar e apresentar, conforme constante no Cronograma, o PROJETO BÁSICO, COM DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA para avaliação da FISCALIZAÇÃO da EMAP, o qual deverá abordar, de forma clara, completa e integral as especificações descritas neste Termo e/ou nas Reuniões de Entendimento de Escopo. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Elaborar e apresentar, conforme constante no Cronograma, o PROJETO EXECUTIVO, COM DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA para avaliação da FISCALIZAÇÃO da EMAP, o qual deverá abordar, de forma clara, completa e integral as especificações descritas neste Termo e/ou nas Reuniões de Entendimento de Escopo. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, os materiais e os serviços, dentro do prazo estabelecido pela Fiscalização. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Facilitar o pleno exercício das funções da Fiscalização. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. | 01 | 0,01% | Por ocorrência. |
| Após a emissão da Ordem de Serviço, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, providenciar a ART ou RRT, no CREA ou no CAU, respectivamente, dos profissionais responsáveis pelos serviços que serão executados, entregando uma via de cada anotação à Fiscalização e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Entregar os documentos de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e do planejamento dos serviços até a data limite informada pela Fiscalização. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Impedir ou prejudicar o fluxo viário do Porto do Itaqui. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da notificação oficial |
| Cumprir o cronograma de execução da obra. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da notificação oficial |
| Cumprir as normas de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da notificação oficial |

Tabela 6 – Pontos de Responsabilidade da Contratada

Para os casos em que as infrações precedem a emissão da Ordem de Serviço, a multa será calculada sobre o valor da primeira etapa da Planilha de Serviços, ou seja, sobre o grupo de Serviços Iniciais, conforme os percentuais atribuídos a cada grau de infração descritos na tabela anterior.

A aplicação da multa moratória, após regular processo administrativo, não impede que a EMAP rescinda o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis, descritas nas alíneas “a” e “c”.

Após a aplicação de 03 (três) advertências com a mesma motivação, a Fiscalização deverá abrir processo para a aplicação de Multa.

Quanto a alínea “**c)** **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP**” pelo prazo de até 02 (dois) anos. Serão motivos suficientes para emissão de penalidade disposta na alínea “c”:

* Abandono do Contrato por um período superior a 30 dias;
* Falsificação de qualquer documentação de comprovação de condições de habilitação identificada em qualquer fase do Contrato.

A Contratada que for sancionada conforme alínea “c” será declarada como inidônea para licitar e contratar com a EMAP e permanecerá nesta condição enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a EMAP, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e/ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As multas poderão ser aplicadas cumulativamente, caso um mesmo evento se enquadre em mais de uma das hipóteses citadas nos subitens acima listados.

A aplicação de qualquer uma das penalidades previstas realizar-se-á por meio de processo administrativo em que se assegurará o contraditório e a ampla defesa, por parte da Contratada.

A EMAP, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EMAP, observando o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou os prejuízos causados à EMAP serão descontadas da Garantia de Execução do Contrato e em caso de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Após aplicação da penalidade, a Contratada terá o prazo máximo de até 10 dias para apresentação do recurso administrativo protocolado junto a EMAP.

Em caso de acolhimento das justificativas apresentadas pela Contratada, o valor retido correspondente à multa calculada, será devolvido à Contratada, não se aplicando atualização financeira de qualquer natureza.

# DOS TERMOS ADITIVOS

Nos termos do § 8° do artigo 81° da Lei nº 13.303/2016, é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada, exceto nos seguintes casos:

1. para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
2. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA.

# ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação do referido Termo de Referência e ao posterior desenvolvimento das atividades contratadas, são:

1. Prejuízos financeiros a EMAP relativos à mão-de-obra empregada para elaboração de todo o processo licitatório;
2. Aumento de filas (pedestres e veículos para acesso ao porto);
3. Aumento de tempo para carregar/descarregar navios por meio do uso de caminhões;
4. Risco de acidentes nas Av. Itapecuru e Mearim;
5. Risco de não compatibilizar os prédios e portarias ao novo fluxo;
6. Redução do atendimento aos clientes atuais e futuros;
7. Impacto negativo para imagem da EMAP e do Porto do Itaqui;
8. Risco a segurança e ao meio ambiente.

Desta forma, deverá ser exigida da Contratada a apresentação à EMAP, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor global contratado, com validade para todo o período contratual, conforme parágrafo 3º do artigo 70º da lei 13.303/2016, que diz “Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.”.

A garantia citada deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

1. **Caução em dinheiro:** Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução
2. **Fiança bancária.**

Se a opção de garantia for fiança bancária, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:

* 1. Emitidas por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
  2. Os bancos observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
  3. Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a CONTRATADA de suas responsabilidades;
  4. Contendo firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
  5. Contendo assinaturas de duas testemunhas;
  6. Contendo rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas;
  7. Seja entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer natureza;
  8. O banco possua sistema para verificação de autenticidade.

1. **Seguro-garantia**: se a opção de garantia for fiança bancária, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:
2. Via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital.
3. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03 de junho de 2003.
4. O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.
5. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
   1. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato
   2. Objeto a ser contratado, especificado no Edital
   3. Nome e número do CNPJ do Segurado
   4. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora)
   5. Nome e número do CNPJ da Contratada (Tomadora da apólice).

As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a EMAP como “Segurada” e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com este Termo de Referência.

Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

A garantia prestada na forma escolhida pelo licitante deverá ser entregue à EMAP, localizada na Avenida dos Portugueses, s/nº, Porto do Itaqui, CEP:65085-370, São Luís – MA, que emitirá o respectivo recibo de recebimento. Cópia desse recibo deverá ser entregue pela CONTRATADA.

A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela CONTRATADA referente à:

1. Prejuízos ou danos causados à EMAP;
2. Prejuízos ou danos causados a terceiros pela Contratada;
3. Toda e qualquer multa contratual;
4. Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição, verbas rescisórias etc.;
5. Quaisquer obrigações não cumpridas pela CONTRATADA em relação ao Contrato, previstas no ordenamento jurídico do país;
6. Multas aplicadas por órgãos oficiais.

No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a Contratada por perdas e danos causados à EMAP, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

A garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que o licitante contratado tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

# DO SEGURO RISCO DE ENGENHARIA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL

16.1 A Contratada deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, a apólice de Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional atendida as seguintes condições:

16.2 A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, seguro de Riscos de Engenharia - RE e Responsabilidade Civil Profissional - RCP, abrangendo a cobertura básica e demais coberturas adicionais, conforme descrito a seguir, até o momento da Ordem de Serviço, tendo a EMAP como COSSEGURADO no seguro de Riscos de Engenharia;

16.3 Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Profissional vigorarão durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra;

16.4 A CONTRATADA deverá manter válidas as apólices de seguros RE e RCP e apresentar junto com a medição o comprovante de adimplemento.

16.5 Coberturas do Seguro de Riscos de Engenharia:

16.6 Cobertura Básica de Obras Civis em Construção e Instalações e Montagens (OCC/IM) - Garante os danos físicos decorrentes de acidentes ocorridos no local do risco ou canteiro de obras, por danos da natureza (vendaval, queda de granizo, queda de raio, alagamento, entre outros) e demais eventos (incêndio, explosão, desabamento, entre outros);

16.7 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

16.8 Coberturas Adicionais

16.9 Erro na elaboração do Projeto e na execução da obra/serviço: cobre danos causados à obra decorrentes de erro de projeto e na sua execução, mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação. Excluem-se os custos que seriam suportados pelo Segurado para retificar o defeito original, incluindo o transporte, os tributos e despesas afins, se este defeito tiver sido descoberto antes do sinistro.

16.10 A cobertura prevista no Subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

16.11 Responsabilidade Civil Geral e Cruzada: cobre os danos materiais e/ou corporais, involuntariamente causados a terceiros que não tenham relação com a obra, em decorrência dos trabalhos pertinentes a ela e/ou instalação. Nesta cobertura, a responsabilidade se estende aos participantes da apólice do segurado principal e demais cossegurados, como se cada um tivesse feito uma apólice em separado, em que todos são considerados terceiros entre si. Além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados. Essa garantia deverá se estender para Erro de Projeto;

16.12 Para contratos com valores até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 10% (dez por cento) do valor do contrato, com mínimo de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

16.13 Para contratos com valores superiores à R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 8% (oito por cento) do valor do contrato, com mínimo de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

16.14 Para contratos com valores superiores à R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com mínimo de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

16.15 Para contratos com valores acima de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o limite mínimo segurado será de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

16.16 Responsabilidade Civil do Empregador: garante a Responsabilidade Civil do Segurado em caso de acidentes dentro do canteiro de obras e/ou durante o translado dos empregados da obra para residência ou da residência para a obra em caso do transporte por conta do segurado, que resulte em morte e / ou invalidez (total ou parcial) permanente de funcionários registrados ou com contrato de trabalho.

16.17 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

16.18 Propriedades Circunvizinhas e Canteiro de Obras: cobre danos materiais a bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, localizados em propriedade circunvizinha ou no canteiro de obras, e necessários à execução dos serviços.

16.19 A cobertura prevista no Subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) do valor do contrato, com limite de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

16.20 Lucros Cessantes: cobre as indenizações decorrentes de perdas financeiras, lucros cessantes, lucros esperados e quaisquer outras despesas emergentes, desde que resultantes de danos físicos e/ou corporais resultantes da execução dos serviços/obras contratados.

16.21 A cobertura prevista no Subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

16.22 Manutenção Ampla: Cobre os danos físicos acidentais às coisas seguradas, causados pelos empreiteiros segurados, no curso das operações por eles realizadas para fins de cumprimento das obrigações assumidas na cláusula de manutenção do contrato ou verificadas durante o período de manutenção, porém consequentes de ocorrência havida no local do risco (canteiro de obras) durante o período segurado da obra. Essa garantia inicia-se após o final da cobertura básica, desde que a obra tenha sido concluída, e tem duração de 06 (seis) meses.

16.23 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

16.24 Despesas extraordinárias: Cobre as despesas com trabalho adicional de mão de obra em dias de feriados, finais de semana, período noturno e/ou envio por um meio de transporte rápido (exceto aeronave), para evitar atraso no cronograma da obra, em função de sinistro ocorrido.

16.25 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 5% (cinco por cento) da cobertura Básica;

16.26 Tumultos: cobre despesas com danos causados por tumulto e greve.

16.27 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 5% (cinco por cento) da cobertura Básica.

16.28 Desentulho do local: cobre despesas com a retirada de entulho do local, em função de riscos cobertos pelo seguro.

16.29 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 5% (cinco por cento) da cobertura Básica.

16.30 Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros: cobre despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de riscos cobertos pelo seguro

16.31 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará o valor mínimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

16.32 Danos Morais: cobre danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e / ou de danos corporais causados a terceiros durante os trabalhos pertinentes à obra.

16.33 A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

16.34 Coberturas do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

16.35 Erros e Omissões: danos materiais e / ou corporais consequentes de atos de negligência, imperícia e/ou imprudência, cometidas pelo Segurado contra terceiros;

16.36 Perdas Financeiras, inclusive lucros cessantes, desde que resultante de um risco coberto pelo presente seguro;

16.37 Danos Morais decorrentes de Ações ou Omissões cometidas pelo Segurado, contra terceiros, no exercício de suas atividades profissionais;

16.38 Perda, Roubo e Extravio de Documentos de clientes sob responsabilidade do Segurado;

16.39 Custas de Defesa, Honorários de advogados e demais despesas relacionadas com o processo e a defesa do Segurado. O Advogado é de livre escolha do segurado e há a antecipação de honorários.

16.40 Gerenciamento de Crise de Imagem, custos de contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem para amenizar os prejuízos à imagem, honra ou reputação do segurado, decorrentes de vazamento de informações sigilosas.

16.41 Tempo da Reclamação e Prazo Complementar: A apólice deverá, obrigatoriamente, possibilitar a apresentação de reclamações durante a execução do contrato e ainda durante o prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

16.42 Subcontratados: as garantias do seguro passam a ser estendidas para os subcontratados na responsabilidade que couber ao segurado.

16.43 O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral do contrato, limitado a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

16.44 Quando se tratar de consórcio, as garantias de Cumprimento do Contrato e Risco de Engenharia poderão ser apresentadas integralmente pela EMPRESA líder do consórcio, ou por cada uma das EMPRESAS integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

# REQUISITOS TÉCNICOS

**CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;
2. Apresentação de atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço/obra compatível com o objeto desta licitação, observada a parcela de maior relevância e valor significativo delimitada a seguir:
3. Execução de obra de infraestrutura viária;
4. Execução de obra de instalação de balanças rodoviárias;
5. Execução de obra de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto, incluso instalação de equipamentos;
6. Instalação de sistema de controle de acesso de veículos e pessoas.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PROFISSIONAL**

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de apresentação das propostas, profissional(is), reconhecido(s) pelo CREA ou pelo CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente).

1. Execução de obra de infraestrutura viária;
2. Execução de obra de instalação de balanças rodoviárias;
3. Execução de obra de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto, incluso instalação de equipamentos;
4. Instalação de sistema de controle de acesso de veículos e pessoas.

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**Obs1:** Não será aceito atestado de obra ou projeto inacabados, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs2:** Não será aceito atestado de capacitação técnica PARCIAL ou de SUBCONTRATADA, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs3:** Não será aceito atestado de fiscalização ou coordenação de Obra.

**DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Serão necessários os documentos a seguir:

1. Apresentar especificação dos principais sistemas/equipamentos integrante da contratação: Sistema de Acesso de veículos e pessoas (inclusive catraca removível do PAS); Sistema de pesagem; Sistema de Energia solar; Elevadores e Estação de Tratamento de Esgoto.
2. Planilha orçamentária sintética e Planilha de Quantitativos mínimos em excel (preenchida na planilha da EMAP)
3. Cronograma físico-financeiro de desembolso.
4. Planilha de encargos Sociais e Complementares.
5. Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha sintética, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI, de Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário, é:

onde:

AC = É a taxa de rateio da Administração Central;

S = É uma taxa representativa de Seguros;

R = Corresponde aos riscos e imprevistos;

G = É a taxa representativa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF = É a taxa representativa das despesas financeiras;

L = Corresponde ao lucro bruto;

I = É a taxa representativa dos impostos (PIS, CONFINS e ISS).

Para as propostas de preços da empresa que se declararem ME e EPP comprovadamente optante do Simples Nacional deve estar de acordo com as disposições previstas na LC 123/2006 quanto aos tributos que integram a composição de BDI e às contribuições do Sistema S que compõem os encargos sociais da obra, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A Contratada apresentará um Gestor ou Preposto, para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à Fiscalização os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica, ao qual lhe compete:

1. Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;
2. Gerenciar os serviços;
   1. Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade.
   2. Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados.
   3. Manter equipe técnica disponível no Porto do Itaqui em São Luís-MA até a finalização das atividades.
   4. Entregar todas as Composições de custo unitário – CPU após aprovação do projeto executivo para fiscalização.
   5. É de responsabilidade da CONTRATADA adquirir os cartões RFID, que permitem acesso a área primária do Porto do Itaqui desde o início da Obra.
   6. Entregar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a reunião de *Kickoff*, todos os documentos, planos e cronogramas previstos no item 23 (Metodologia e Organização dos Trabalhos).
   7. Sanar os vícios de quaisquer serviços que possam comprometer a adequada utilização do objeto deste Termo de Referência.
   8. Destinar adequadamente, a local ambientalmente correto, os resíduos da obra.
   9. Executar o empreendimento, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os projetos e as determinações técnicas.
   10. Fornecer à Contratante toda documentação referente ao empreendimento, além de prestar as informações necessárias nos casos omissos ou duvidosos.
   11. Realizar a substituição de qualquer membro de sua equipe técnica, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. À solicitação de substituição feita pela FISCALIZAÇÃO, cabe recurso, pela CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias.
   12. Indicar representante (preposto) com registro em Conselho de Classe local, devidamente em dias, sendo necessário que o mesmo esteja no local da execução dos serviços.
   13. É obrigação do contratado manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;
   14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016.
   15. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo, conforme dita o art. 77 da lei 13.303/16.
   16. Manter-se adimplente para com os encargos deste serviço, sendo que a inadimplência não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, observando-se o seguinte:

I - Em relação à seguridade social:

A vedação à contratação de quem esteja em situação irregular

II - Em relação às contribuições e pagamentos;

A necessidade de pagar os serviços quando a inadimplência for superveniente à contratação;

O dever de providenciar oportunamente a rescisão dos contratos contínuos quando o contratado permanecer em situação de inadimplência;

O dever de reter as contribuições incidentes nos pagamentos efetuados, correspondentes aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4° do Art. 31 da Lei n°9.032, de abril de 1995.

III - Em relação aos encargos trabalhistas, inclusive parcelas remuneratórias e indenizatórias:

O dever de fiscalizar, por amostragem;

A necessidade de registrar, no livro de ocorrências ou no diário de obras, a fiscalização ocorrida;

A possibilidade de o contrato prever a retenção mensal das parcelas de provisão de quitação, a qual será paga ao contratado se incorrer nessas despesas com a apresentação, após o término do contrato, dos recibos de rescisão homologados pelo sindicato ou Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

* 1. Manter em seu quadro de empregados, durante toda a execução do contrato, egressos do sistema prisional nas seguintes proporções:

1. 5% (cinco por cento) das vagas, quando a contratação de 20(vinte) ou mais trabalhadores;
2. 1 (uma vaga), quando da contratação de 6 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores.

A reserva de vaga constante neste subitem será exigida da vencedora da licitação quando da execução do contrato.

* 1. Submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO os projetos e desenhos auxiliares que venham a ser elaborados pela CONTRATADA para facilitar seus trabalhos.
  2. Executar os serviços rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
  3. Entregar todos os equipamentos constantes do objeto deste contrato novos e com o prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos principais (exemplo: balanças e elevador) e demais equipamentos/componentes a garantia mínima legal, contados da data do fornecimento (data de recebimento pela fiscalização) dos mesmos.
  4. Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Termo de Referência, devidamente identificados mediante a utilização de crachá.
  5. Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI’s) e equipamentos de proteção coletiva (EPC’s) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto.
  6. Responder perante o Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.
  7. Utilizar as marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material ou similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.
  8. Aplicar sempre que possível equipamentos e componentes intercambiáveis;
  9. Providenciar em conjunto com a EMAP as licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais. (Licença de Instalação, autorização ao Corpo de Bombeiros).
  10. Apresentar Certificado de matrícula da obra de construção civil - CEI, obtido no Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de trinta dias contados do início de suas atividades.
  11. Realizar os serviços solicitados pela EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados.
  12. Expor a metodologia proposta, antes de iniciar os trabalhos, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.
  13. Submeter o planejamento da Obra para aprovação da Operação Portuária.
  14. Garantir a execução da Obra sem interferência com as operações Portuárias.
  15. Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo ou vantagens decorrentes de convenção coletiva.
  16. Responder pelos danos causados diretamente EMAP ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pela EMAP.
  17. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela FISCALIZAÇÃO, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição.
  18. Responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo, conforme art. 618 do Código Civil.
  19. Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE.
  20. Comunicar-se com a GERÊNCIA DE SAÚDE E SEGURANÇA – GESAS e a GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE - GEAMB, no início do contrato, para tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente.
  21. Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP. Relativo aos procedimentos PO-18, PC-34, PC-39, PC-41, PC-42 e PC-57. Se necessárias informações adicionais, as mesmas poderão ser solicitadas pelo e-mail [cls@emap.ma.gov.br](mailto:cls@emap.ma.gov.br).
  22. Reunir-se com os órgãos aduaneiros e de fiscalização e demais *players* envolvidos sempre que necessário.
  23. Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os maus executados, quando requerido pela FISCALIZAÇÃO ou esteja previsto neste Projeto.
  24. Comunicar à FISCALIZAÇÃO da EMAP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
  25. Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos.
  26. Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços.
  27. Atender às solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas.
  28. Manter informado o técnico responsável da FISCALIZAÇÃO/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
  29. Esclarecer as inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue no máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência da EMAP.
  30. Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui, quando necessário a presença da empresa na região portuária.
  31. Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui.
  32. Garantir o atendimento às especificações do projeto detalhado quanto ao uso dos materiais, dimensões/tolerâncias indicadas nos desenhos, qualidade da fabricação nas suas diversas etapas.
  33. Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme item 7.2.8 da publicação: Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas.
  34. Entregar à Contratante o projeto *as built* - detalhamento construtivo através do protocolo da EMAP em meio físico (impresso) e digital (mídia digital em CD ou pen drive). Para a entrega do *as built* - detalhamento construtivo deverá ser solicitado uma prancha padrão com o carimbo padronizado junto a Contratante, assim como as codificações dos projetos.
  35. O Contratado deverá apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, contendo os seguintes serviços:

* Execução dos serviços objeto desta contratação (execução de projeto e obra);
* Elaboração de Data Book. O Data Book compreenderá os seguintes itens:
* Relatórios Técnicos e Fotográficos;
* Topografias e sondagens de confirmação;
* Laudos e resultados de laboratórios
* Comprovação de qualidade dos materiais empregados
* *As built*;
* Notas Fiscais de equipamentos;
* Planos de manutenção;
* Atualização do Memorial Descritivo.
  1. A CONTRATADA deverá garantir o atendimento às especificações do projeto detalhado quanto ao uso dos materiais, ensaios, dimensões/tolerâncias indicadas nos desenhos, qualidade da fabricação nas suas diversas etapas.
  2. A Contratada deverá seguir integralmente o plano de comissionamento, emitindo os respectivos relatórios. Deverá ser garantido o atendimento às especificações do projeto detalhado quanto ao uso dos materiais, ensaios, dimensões/tolerâncias indicadas nos desenhos, qualidade da fabricação nas suas diversas etapas.
  3. O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

# OBRIGAÇÕES DA EMAP

* 1. Designar um gestor de contrato, representante da Administração Pública, para acompanhamento do contrato, que anotará as ocorrências em registro próprio, para acoplar no contrato ao término de sua vigência, sendo este:

1. 1 (um) agente previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.
   1. Treinar todos os empregados da CONTRATADA no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui);
   2. Fornecer à CONTRATADA cópia dos registros realizados e ser informado a cada alteração, desde que solicitado pela mesma;
   3. Comunicar, o preposto, as irregularidades à autoridade designante e ao Controle Interno;
   4. Encaminhar à Contratada os comentários e/ou orientações que julgarem pertinentes para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
   5. Efetuar o pagamento devido à empresa Contratada do serviço, se esta cumprir todas as exigências constantes deste Termo de Referência;
   6. Efetuar o pagamento à empresa Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecido neste Termo de Referência.
   7. Permitir o acesso dos empregados da Contratada ao local de prestação dos serviços, desde que atenda todas as determinações da Medicina e Segurança do Trabalho;
   8. Fornecer água e energia elétrica à contratada, necessários à execução dos serviços;
   9. Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da empresa Contratada;
   10. Promover o acompanhamento e FISCALIZAÇÃO dos serviços de acordo com este Termo de Referência;
   11. Anotar em registro próprio os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora, de formar a motivar os mesmos, caso necessário;
   12. Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos serviços;
   13. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da FISCALIZAÇÃO;
   14. Verificar se está sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista na proposta;
   15. Analisar Indicador de Performance apresentado semanalmente pela empresa contratada, assim como, cobrar ações para melhoria do indicador da contratada.
   16. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Termo de Referência, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
   17. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços;
   18. Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Termo de Referência;
   19. Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
   20. Receber provisoriamente todos os serviços, verificando o atendimento aos comentários efetuados;
   21. Cumprir as regras e condições expostas deste Termo de Referência e no Edital de Licitação;
   22. Permitir a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a Contratada possa executar as suas obrigações.

# 20. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Após a entrega do **Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui (vias, prédios, portarias e sistema integrador)** e ***Data Book*** (acompanhado de todos os Projetos executivos, Estudos, Relatórios, Laudos e Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou Registro de Responsabilidade Técnica) que se fizerem necessários relacionados aos serviços, conforme definidos neste Termo de Referência e aprovados pela Fiscalização.

A Administração deverá rejeitar, no todo ou parte, os serviços ou fornecimento de materiais que estiverem em desacordo com o contrato.

Não serão recebidos os serviços que caracterizem imperfeições, deformidades, falhas e demais condições que possam possibilitar o aparecimento e a propagação de patologias estruturais e funcionais de parte ou de todo o conjunto da obra.

Os serviços classificados como pendentes pela FISCALIZAÇÃO só serão posteriormente aprovados e recebidos se todas as circunstâncias levantadas e classificadas como vícios e falhas forem devidamente corrigidas e/ou recompostas.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita da Contratada;

b) Definitivamente, em período não superior a 90 (noventa) dias, por comissão designada pela administração, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

O recebimento provisório transfere para a Administração a responsabilidade civil pela guarda do bem e autoriza a ocupação do mesmo o recebimento definitivo visa a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

O Recebimento Definitivo somente será efetuado pela EMAP após: a comprovação pela Contratada de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do contrato; e as correções de eventuais problemas ou imperfeições de execução do objeto contratado. Neste caso, o prazo será de 90 dias a contar da data de recebimento provisório.

Se o recebimento não ocorrer nos prazos estabelecidos, o contratado notificará a Administração para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual se caracterizará o recebimento tácito, reputando-se como realizado satisfatoriamente o objeto do contrato.

Em caso de cumprir o item anterior cabe à autoridade superior apurar a responsabilidade pela irregularidade, sob pena de ser condenada solidariamente.

A Administração deve rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato ou sem os desenhos e memoriais descritivos “como construído” (*as builts*) e demais documentos (acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro Responsabilidade Técnica) que se fizerem necessários relacionados a execução da obra ou serviço.

Salvo disposições em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado.

A avaliação de fornecedor, no item qualidade, refletirá sobre a aceitação de cada serviço solicitado.

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição deverá ser realizada mensalmente, em conformidade com o que se encontra descrito no ANEXO específico, e como regime de execução será adotado PREÇO GLOBAL.

Para a realização de cada medição deverão ser apresentados todos os documentos oficiais, juntamente com a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica, além do termo de doação de autoria de cada fase de execução (Projeto Básico, Projeto Executivo e execução da obra e sistema integrador) que demonstre a execução de cada item cobrado na medição, devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Não haverá em nenhuma hipótese, pagamento por antecipação.

# VISITA TÉCNICA

O licitante poderá vistoriar o local onde será executada os serviços objeto deste Termo para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, observando os feriados nacionais, estaduais e municipais.

A visita técnica deverá ser realizada na Sede da Empresa Maranhense de Administração Portuária, localizada Av. dos Portugueses, s/n, Cep: 65085-370, Porto do Itaqui em São Luís - MA.

A visita técnica resume-se a conhecer o local onde será executada os serviços. Dúvidas relativas aos documentos e seus anexos devem ser enviadas ao e-mail da [csl@emap.ma.gov.br](mailto:csl@emap.ma.gov.br) para que seja respondida pela equipe técnica e posteriormente divulgada a resposta de modo a garantir a isonomia da disputa.

Tendo em vista a faculdade da realização da visita técnica, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Termo.

A visita técnica será previamente agendada pela licitante. A EMAP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local de execução dos serviços, o qual deverá ser previamente solicitado pelo e-mail [copro@emap.ma.gov.br](mailto:copro@emap.ma.gov.br) das 09 às 16 horas, contendo o nome completo da empresa, CNPJ, o(s) nome(s) completo(s) do(s) profissional(is) que realizarão a visita técnica e cópia do documento RG e CPF. Dúvidas relacionadas à visita técnica poderão ser tiradas pelo telefone (98) 3216 6037.

A visita técnica tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

A visita técnica será acompanhada por representante da EMAP, designado para esse fim, o qual visará à declaração comprobatória da vistoria efetuada.

Em caso de não realização da visita técnica, o licitante deverá apresentar Declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local da obra para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

# METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A CONTRATADA deverá apresentar ao início do contrato, a metodologia a ser utilizada para execução dos trabalhos tais como: plano de trabalho; validação do cronograma físico-financeiro do projeto (desembolso); equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados; métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas; toda documentação obrigatória relativa à Saúde, Segurança do Trabalho e ao Meio Ambiente e demais informações pertinentes.

As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas.

Haverá reuniões de acompanhamento do contrato, com a presença do preposto do mesmo e registro de ações em Ata. A periodicidade e datas das mesmas serão definidas de comum acordo entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO, sendo sugerido que as mesmas ocorram semanalmente, no máximo, quinzenalmente.

A metodologia apresentada pela CONTRATADA deve observar o prazo para conclusão do serviço.

Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo indispensável ter conhecimento dos locais dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

Para a prestação dos serviços contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender às Normas ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou Normas Estrangeiras pertinentes.

Os materiais, máquinas e equipamentos a serem empregados, bem como os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

* Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
* Às normas da ABNT;
* Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Maranhão;
* Instruções técnicas, catálogos de fabricantes, quando aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
* Às Normas Internacionais consagradas;
* Às Normas da Autoridade Marítima;
* Às Normas da Capitania dos Portos;
* Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
* Às Normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP;
* Normas do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;
* Outras normas suplementares de órgãos e entidades, quando aplicáveis.

# PAGAMENTO

O pagamento se dará mensalmente, sendo auferido conforme Critério de Medição anexo a este Termo de Referência.

Em caso de constituição de consórcio o pagamento se dará em conta bancária de cada consorciada a ser repassada a EMAP.

A EMAP, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, deve obedecer à estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos créditos.

A nota fiscal só poderá ser emitida após análise e aprovação do Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO, e autorização da PRESIDÊNCIA da EMAP, sendo seu pagamento efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de toda a documentação necessária, conforme parágrafo 5º deste item.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) sob responsabilidade da licitante Contratada.

O pagamento da medição estará condicionado à verificação do Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, conforme Lei Estadual Nº 6.690 de 11 de julho de 1996 e da apresentação das seguintes certidões:

1. Carta de Solicitação de Pagamento oriunda do fornecedor;
2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
3. Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
7. Comprovante de Recolhimento do INSS e a declaração do valor devido conforme GEFIP.
8. Comprovante de Recolhimento do FGTS e a declaração do valor devido conforme SEFIP.
9. Relação dos funcionários na GEFIP/SEFIP (lista GEFIP/SEFIP completa indicando o protocolo de Conectividade do INSS);
10. Informação do tomador da obra na lista GEFIP/SEFIP;
11. Folha de pagamento de pessoal, contracheques assinados e comprovantes bancários de pagamento de pessoal;
12. Resumo da folha de frequência de pessoal em papel timbrado e CNPJ da empresa.

Para fins de emissão de Carta de Solicitação de Pagamento e Nota Fiscal informa-se que deve ser emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, com o seguinte endereço: Av. dos Portugueses, s/n, Cep: 65085-370, Porto do Itaqui em São Luís - MA.

O pagamento das medições dos serviços estará condicionado além das observações anteriores, à análise e aprovação da Fiscalização dos serviços realizados pela Contratada.

# PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO E/OU SUBCONTRATAÇÃO

**I - PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

É permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, atendidas as condições estabelecidas neste Edital e legislação aplicável.

As empresas que participarem sob o regime de consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, do qual deverão constar as seguintes cláusulas:

* Indicação da empresa líder e do representante legal do consórcio, além da proporção, em percentual, da participação de cada consorciada;
* Compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio perante a EMAP, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases da licitação quanto na execução do contrato;
* Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da vigência do contrato. Havendo prorrogação na execução da obra, o documento de constituição do consorcio deverá ser adaptado ao novo prazo de vigência contratual.
* Compromisso de que não será alterada a constituição ou composição do consórcio, salvo quanto à sua liderança, restrita às empresas que o compõem. Em qualquer caso, a alteração deverá ser submetida à anuência e aprovação prévia da EMAP, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;
* Compromisso de que o Consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica diversa da dos seus integrantes e de que o consórcio não adotará denominação própria.
* Obrigação do consórcio de apresentar, antes da assinatura do contrato, o Termo de Constituição do Consórcio, devidamente registrado na Junta Comercial da sua jurisdição.
* Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras.

No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 17 deste Termo de Referência, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 24 deste Termo de Referência para fins de pagamento, além da documentação do consórcio.

O Consórcio deve conferir à líder amplos poderes para representar as Consorciadas no procedimento licitatório e no Contrato, ficando a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do ajuste.

Fica impedida a participação de empresa consorciada, nesta licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

Para fins de justificativa com relação a permissão de consórcio para o Objeto desta contratação, esclarece-se que dessa forma a Administração busca garantir uma maior competitividade ao certame, uma vez que são raras empresas que possuem a capacidade técnica de atender ao Objeto em sua totalidade, pois se constitui de um conjunto de serviços distintos de engenharia e tecnologia da informação (projetos de engenharia, execução de obras e sistema de *software* integrador), normalmente prestados por empresas especializadas em cada serviço. Dessa forma, afasta-se o risco a baixa competitividade ao mesmo tempo que garante a capacidade técnica de cada empresa consorciada, de acordo com seu campo de atuação, desde que atendidos os requisitos técnicos dispostos neste Termo de Referência.

Ainda com a formação do consórcio a gestão dos serviços tanto para a empresa líder, quanto para a fiscalização torna-se mais econômica e eficiente, uma vez que será gerado apenas um contrato. Nesse sentido, o consórcio facilita também o regime de execução, para fins de cumprimento das entregas esperadas e dos pagamentos correspondentes.

Por fim, a permissão de consórcio exime a EMAP de pagar bitributação, ou qualquer tipo de taxa duplicada que pode ser cobrada por diferentes entes da Administração Pública.

**II - SUBCONTRATAÇÃO**

Em conformidade com o inciso II, do Art. 78, da lei 13.303/2016, a Contratada, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do Objeto deste Termo de Referência até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

Caso a Contratada opte pela subcontratação facultada no item acima, esta deverá, obrigatoriamente, destinar no mínimo 5% (cinco por cento) do total licitado para Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME), em atendimento aos Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

A Contratada permanecerá diretamente responsável pela entrega do objeto especificado neste Termo de Referência, nos limites estabelecidos no ordenamento jurídico nacional, assegurando-se a ela o respectivo direito de regresso.

Havendo subcontratação, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responderá perante a EMAP pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A Contratada se responsabiliza pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

A Contratada será responsável solidariamente por todas as pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira que for atribuída à Subcontratada em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) e demais obrigações trabalhistas, sob pena de rescisão do Contrato entre a Contratada e a EMAP, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações por parte da Subcontratada e a manutenção da mesma em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

Todos os pormenores e prerrogativas integrantes deste Termo de Referência que englobam as orientações sobre direito e deveres da Contratada deverão também estender-se à Subcontratada. Assim, é obrigação da Contratada que oriente a Subcontratada e faça cumprir as obrigações, procedimentos e regulamentos aqui estabelecidos, sob pena de rescisão e responsabilização solidária.

# REAJUSTAMENTO

* 1. Considerando o prazo de vigência do contrato, 37 (trinta) meses, os preços contratuais somente poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da Contratada, nos termos e condições estabelecidos no Contrato e no Edital de Licitação que o gerou. Caso superado prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, os reajustes subsequentes com a mesma periodicidade (anual), garantirá a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.
  2. Os reajustes serão realizados com base no “Índice Nacional de Preços da Construção Civil - INCC”, conforme disposto na INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 01 - DG/DNIT ou por outro índice que vier a substituí-lo, com base no valor do índice do mês de aniversário da proposta, a cada período subsequente de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.
  3. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

Em que:

*R* = valor do reajustamento procurado;

*V* = valor contratual a ser reajustado;

*Ii* = índice correspondente ao mês do reajuste; e

*I0* = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

* 1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
  2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
  3. Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.
  4. Não haverá direito a reajustamento a Contratada que motivar atraso no serviço, seja por imperícia, e/ou improdutividade e/ou negligência, ainda que atinja o prazo de 12 meses estabelecidos.

# ANEXOS

Anexo I – *Check List* de Segurança e Meio Ambiente / GETIN;

Anexo II – Anteprojeto e Anexos;

Anexo III – Cronograma Físico Preliminar;

Anexo IV – Matriz de Risco;

Anexo V – Planilha de Avaliação de Fornecedor;

Anexo VI – Planilha Modelo da Proposta Orçamentária;

Anexo VII – Planilha Modelo de BDI;

Anexo VIII – Planilha Modelo de Encargos Sociais;

Anexo IX – Planilha Modelo de Cronograma;

Anexo X – Critério de Medição;